BEATRIZ VALENTE FELITTE

**OS LIMITES DOS PODERES DO JUIZ
NA REVISÃO DE CONTRATOS**

Tese de Doutorado

Orientador: Professor Doutor Oreste Nestor de Souza Laspro

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2018

BEATRIZ VALENTE FELITTE

**OS LIMITES DOS PODERES DO JUIZ
NA REVISÃO DE CONTRATOS**

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Direito, na área de concentração de Direito Processual Civil, sob a orientação do Professor Doutor Oreste Nestor de Souza Laspro.

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO**

São Paulo – SP
2018

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

FELITTE, Beatriz Valente

Os Limites dos Poderes do Juiz na Revisão de Contratos / Beatriz Valente FELITTE; orientador Oreste Nestor de Souza Laspro – São Paulo, 2018.

395 p.

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Direito Processual) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2018.

1. Revisão Judicial de Contrato. 2. Imprevisão. 3. Invalidade. 4. Poderes do Juiz. 5. Lógica Econômica e Interesse Público. I. LASPRO, Oreste Nestor de Souza, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é resultado de um conjunto de privilégios que não sei se um dia conseguirei, à altura, retribuir.

Primeiramente, pelo privilégio de ter uma família presente, forte e que, a todo o momento, me estimula a seguir em frente. Agradeço aos meus pais, Ana Valente e Almir Felitte, pelo suporte incondicional em tudo – absolutamente tudo. Aos meus irmãos, Rafael e Almir, cada dia mais admiráveis. O incentivo de vocês foi e sempre será essencial.

Pelo privilégio de viver com amor. Agradeço ao Diogo, por me surpreender mesmo depois de tantos anos e pela paciência com a constante ausência que o doutorado demandou.

Pelo privilégio de ter saúde e conviver com bons exemplos. Em especial, agradeço às minhas avós Ester e Suzana, que estiveram presentes em meu pensamento ao longo da execução deste trabalho. Sem saberem – ou quererem – me ensinaram que nossa saúde é o bem mais precioso que existe e que, de certa forma, somos imortais. Nossos exemplos e ideias são semeados nos que ficam por aqui.

Pelo privilégio da orientação acadêmica. Agradeço ao meu orientador Professor Dr. Oreste Laspro, a quem devo pela cobrança de, após o mestrado, prosseguir com o doutorado, pela minha inserção no transformador mundo da docência e pelo incentivo de que o processo sirva sempre à prática. Aproveito para agradecer também à Monica Laspro, pelo carinho com que nos acolhe sempre.

Pelo privilégio de sempre ter tido acesso ao estudo. Agradeço à Faculdade de Direito do Largo São Francisco, em cujos bancos venho, há anos, aprendendo muito mais do que Direito. Aproveito para agradecer também à Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, por sua biblioteca que muito contribuiu para minha pesquisa – o que faço nas pessoas da Professora Paula Vaz Freire e do Professor Miguel Teixeira de Sousa, que me recepcionaram com muita gentileza.

Pelo privilégio de ter um trabalho desafiador e de compartilhar esse ambiente com alguns profissionais admiráveis. Agradeço pela oportunidade de fazer o que gosto e especialmente, ao meu incrível time que seguiu as pontas pelo tempo em que precisei priorizar este trabalho – vocês são realmente especiais.

Obrigada a cada um de vocês, de coração.

“As pessoas tendem a viver em paz e a não recorrer à violência quando podem dirigir suas reclamações e seus rancores a um poder em cuja incorruptibilidade e justiça elas possam confiar”

(BAUMAN, Zygmunt. *A Ética é possível num mundo de consumidores?* Trad. Alexandre Werneck, Rio de Janeiro, Zahar, 2011, p. 113).

FELITTE, Beatriz Valente. *Os Limites dos Poderes do Juiz na Revisão de Contratos*. 2018. 395 p., Tese de Doutorado – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

RESUMO

O atual direito brasileiro admite a intervenção estatal em relações contratuais nas hipóteses previstas em lei ou por vontade das partes. Uma das possíveis vias para essa intervenção é a judicial, por meio da qual o juiz pode revisar contratos, ou seja, garantir sua conservação mediante a modificação de elementos do conteúdo pactuado pelas partes contratantes (revisão em sentido lato) – seja pela alteração superveniente de circunstâncias, por nulidade parcial ou por anulabilidade parcial. Apesar de comum na prática forense, identificou-se não haver uma clara definição de modelo uniforme de critérios limitadores do cabimento, extensão e profundidade dos poderes do juiz em demandas revisionais de contratos. Partindo-se de uma seleção mais ampla dos poderes (-deveres) judiciais em poderes de decisão, de direção e de instrução processual, propõe-se que, em demandas revisionais de contratos, tais poderes – nos de direção, em parte – sejam exercidos conforme a limitação imposta, cumulativamente, pelos parâmetros (1) da natureza da relação contratual e do tipo contratual, bem como das disposições legais a eles aplicáveis, (2) da vulnerabilidade das partes impactadas pelos efeitos do contrato, (3) da lógica econômica do contrato à luz do mercado em que se insere a contratação e (4) do impacto da contratação ao interesse público. Em resumo, quanto maior for o interesse estatal em tutelar determinado modelo de relação contratual (seja por sua importância jurídica, social, econômica ou política), menor deve ser a limitação dos poderes do juiz em demandas revisionais de contratos. Tais parâmetros estão intimamente atrelados aos escopos da jurisdição e do próprio processo enquanto viabilizador do direito material e se mostram em conformidade com o contemporâneo papel do ‘juiz cooperativo’ em nossa sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: REVISÃO JUDICIAL DE CONTRATO – IMPREVISÃO – INVALIDADE – PODERES DO JUIZ – LÓGICA ECONÔMICA E INTERESSE PÚBLICO

FELITTE, Beatriz Valente. *The Limits of Judicial Power at Judicial Adaptation of Contracts*. 2018. 395 p., Doctorate – Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo, 2018.

ABSTRACT. The current Brazilian law admits State intervention in contractual relationships in the hypotheses provided for by law or by the will of the parties. One of the possible ways for such intervention is the judicial pathway, whereby the judge may adjust agreements, i.e., ensure their preservation by means of modification of elements of the agreed content agreed between the contracting parties (review *lato sensu*) – whether by the supervening change of circumstances, partial nullity, or partial voidability. Despite its common use in court practice, it was identified that there is no clear definition of uniform model of criteria that limit the admissibility, extension and depth of the powers of the judge in claims for review of agreements. Based on a broader selection of the judicial powers (-duties) in powers of decision, of guidance and of evidentiary stage, it is proposed that, in claims for review of agreements, said powers – partially, in guidance – be exercised in accordance with the limitation cumulatively imposed by the parameters (1) of the nature of the contractual relationship and the type of agreement, and the legal provisions applicable to them, (2) of the vulnerability of the parties affected by the effects of the agreement, (3) of the economic logic of the agreement in the light of the market in which the contracting is inserted, and (4) of the impact of such contracting on the public interest. In summary, the greater the State interest to protect a given model of contractual relationship (due to its legal, social, economic or political relevance), the smaller the limitation of the powers of the judge in claims for review of agreements should be. Said parameters are closely attached to the scopes of the jurisdiction and of the due process itself as enabling the substantive law, and are shown to be in compliance with the contemporary role of the ‘cooperative judge’ in our society.

KEYWORDS: JUDICIAL ADJUSTMENT OF CONTRACTS – UNPREDICTABILITY– INVALIDITY – POWERS OF THE JUDGE – ECONOMIC LOGIC AND PUBLIC INTEREST

FELITTE, Beatriz Valente. *Les Limites des Pouvoirs du Juge dans la Révision des Contrats*. 2018. 395 p., Doctorat – Faculté de Droit, Université de São Paulo, São Paulo, 2018.

Résumé. Le droit brésilien actuel admet l'intervention de l'État dans les relations contractuelles dans les hypothèses prévues en loi ou par la volonté des parties. Une des voies possibles pour cette intervention est la voie judiciaire, par laquelle le juge peut réviser les contrats, c'est-à-dire, garantir sa conservation moyennant la modification d'éléments du contenu convenu par les parties du contrat (révision au sens large) – soit par l'altération survenante des circonstances, par nullité partielle ou par révocabilité partielle. Malgré ça soit commun dans la pratique judiciaire, il a été constaté qu'il n'y a pas une claire définition de modèle uniforme de critères qui limitent le domaine d'application, l'extension et la profondeur des pouvoirs du juge dans les demandes révisionnelles de contrats. En partant d'une sélection plus ample des pouvoirs (-devoirs) judiciaires dans des pouvoirs de décision, de direction et d'instruction procédurale, il est proposé que, dans les demandes révisionnelles de contrats, ces pouvoirs – de direction, partiellement – soient exercés selon la limitation imposée, cumulativement, par les paramètres (1) de la nature de la relation du contrat et du type du contrat, ainsi que des dispositions légales y-afférentes, (2) de la vulnérabilité des parties impactées par les effets du contrat, (3) de la logique économique du contrat à la lumière du marché où est inséré l'embauche et (4) de l'impact de l'embauche à l'intérêt public. En résumé, plus grand est l'intérêt de l'État de protection d'un certain modèle de relation de contrat (soit par son importance juridique, sociale, économique ou politique), moins grand doit être la limitation des pouvoirs du juge dans les demandes révisionnelles de contrats. Ces paramètres sont intimement liés aux portées de la juridiction et du procès lui-même en tant qu'élément rendant viable le droit matériel et se montrent en conformité avec le rôle contemporain du 'juge coopératif' dans notre société.

MOTS-CLES: REVISION JUDICIAIRE DE CONTRAT – IMPREVISION – INVALIDITE – POUVOIRS DU JUGE – LOGIQUE ECONOMIQUE ET INTERET PUBLIC

ÍNDICE

1. TERMOS DEFINIDOS	19
2. TEMA	21
3. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA E IMPORTÂNCIA DO TEMA... ..	25
4. CONTRIBUIÇÃO ORIGINAL À CIÊNCIA JURÍDICA BRASILEIRA	30
5. FIXAÇÃO DE CONCEITOS E PREMISSAS DA TESE.....	32
5.1. A noção de Contrato	32
5.2. A classificação dos Contratos e sua importância para o recorte temático	35
5.3. Autonomia da vontade, liberdade contratual e o pacta sunt servanda nunca foram absolutos	37
5.4. Os Direitos Processual e Material são autônomos, porém, interdependentes.....	41
6. OS PODERES-DEVERES DO JUIZ	46
6.1. O que são os poderes do juiz?	46
6.2. Quais são os poderes do juiz: classificação	52
6.3. As conclusões da tese aproveitam à arbitragem?.....	55
7. OS PODERES DO JUIZ NA REVISÃO DE CONTRATOS	59
7.1. Breve evolução do papel do juiz e de sua interferência em contratos	59
7.1.1. Justificativa da análise do viés histórico e seu recorte	59
7.1.2. Direito Romano: a equidade e a evolução do juiz do privado ao público .	60
7.1.3. Idade Média: a fórmula <i>rebus sic stantibus</i>	66
7.1.4. Estado Liberal: o livre mercado e o juiz neutro	71
7.1.5. Estado Social ao pós-Guerra: o ativismo judicial e a imprevisão	73
7.1.6. Globalização: anos 70 até o início do Século XXI	85
7.1.7. Hoje: o modelo cooperativo como delineador do exercício dos poderes do juiz	87
7.2. O juiz como um dos agentes legitimados para revisar contratos	91
7.3. O que é a revisão judicial de contrato	93
7.3.1. Conceito e Classificação	93
7.3.2. Revisão e Resolução	96
7.3.3. Revisão e Invalidades (Nulidades e Anulabilidades)	97
7.3.4. Revisão x Interpretação de Contratos	100

7.4. Há discricionabilidade judicial na revisão de contratos?	101
8. OS LIMITES DOS PODERES REVISIONAIS DO JUIZ.....	111
8.1. Considerações gerais e proposição.....	111
8.2. A natureza / tipo da relação contratual e as disposições legais a ela aplicáveis	117
8.3. A vulnerabilidade das partes contratantes ou impactadas pelo contrato.	121
8.4. A lógica econômica do contrato no mercado em que se insere	127
8.5. A adequação do contrato ao interesse público.....	136
8.5.1. A noção de interesse público	136
8.5.2. A boa-fé e a função social.....	143
9. PODER DE DECISÃO: CABIMENTO DA REVISÃO CONTRATUAL.....	150
9.1. Hipóteses de Cabimento da Revisão Judicial de Contratos	150
9.2. Revisão fundada na Teoria da Imprevisão	152
9.2.1. A revisão judicial de contratos por imprevisão em diferentes sistemas ..	152
9.2.2. Elementos para o cabimento da revisão judicial por imprevisão	166
9.2.2.1. <i>Relação Contratual Continuada ou Diferida</i>	166
9.2.2.2. <i>Superveniência</i>	167
9.2.2.3. <i>Imprevisibilidade e Extraordinariedade (Risco Contratual)</i>	168
9.2.2.4. <i>Onerosidade ‘Objetivamente’ Excessiva</i>	185
9.2.3. Escolha judicial entre revisão e resolução	190
9.2.4. Vinculação judicial à proposta revisional do réu.....	192
9.3. Revisão fundada na onerosidade excessiva no CDC (Teoria da Base Objetiva)	194
9.4. Revisão fundada em Cláusula de Hardship.....	198
9.4.1. O que é <i>Hardship</i> ?	198
9.4.2. A Cláusula de <i>Hardship</i> e o Negócio Jurídico Processual	202
9.4.3. A vinculação do juiz à cláusula de <i>hardship</i> que limita cabimento da revisão	206
9.5. Revisão de Aluguel em Contrato de Locação de Imóveis	210
9.6. Revisão fundada na Lesão.....	216
9.6.1. A lesão como hipótese de revisão judicial de contratos	216
9.6.2. Elementos da revisão judicial por lesão.....	220
9.6.3. O ‘suplemento suficiente’ e a ‘concordância com redução do proveito’	223
9.7. A Revisão judicial da Cláusula Penal	225
9.8. Revisão de contratos por abusividade (nulidade)	231
9.9. Revisão de contratos em defesa da Concorrência.....	234
9.10. Renúncia ao direito da revisão contratual	239
9.10.1. A (ir)renunciabilidade de direito processual fundamental.....	239

9.10.2. Peculiaridades da renúncia à revisão por imprevisão	241
9.10.3. Peculiaridades da renúncia à redução de cláusula penal.....	242
9.10.4. Peculiaridades da renúncia à revisão de preço no <i>Built to Suit</i>	242
9.10.5. Peculiaridades da renúncia à revisão de aluguel em contratos de locação	245
9.11.A (im)possibilidade de revisão judicial de contratos de ofício.....	248
9.11.1. O Princípio da Demanda (art. 2º, CPC)	248
9.11.2. O Princípio da Correlação ou Adstrição (arts. 141 e 492, CPC)	250
9.11.3. Questões de ordem pública se sujeitam aos princípios da demanda e adstrição?	252
9.11.4. A revisão judicial dos Contratos Bancários: a Súmula 381 do STJ....	258
9.11.5. Afinal, é possível a revisão judicial de contratos de ofício?	261
10. PODER DE DECISÃO: DOSAGEM DA REVISÃO DE CONTRATOS.....	265
10.1.Conteúdo Contratual sujeito à Revisão Judicial	265
10.2.Revisão do valor da prestação pactuada	266
10.3.Revisão de obrigações de fazer: defesa da concorrência.....	275
10.4.Equidade x Proporcionalidade	277
11. PODER DE DIREÇÃO EM DEMANDAS REVISIONAIS DE CONTRATOS.....	282
11.1.Considerações Iniciais sobre os Poderes de Direção do Juiz	282
11.2.Controle judicial da via adequada.....	283
11.3.Controle judicial das condições da ação	287
11.3.1. A legitimidade ativa na revisão por imprevisão.....	287
11.3.2. A legitimidade ativa na revisão por onerosidade excessiva consumerista	289
11.3.3. A legitimidade ativa na revisão por lesão	290
11.3.4. O interesse de agir do lesado na revisão por imprevisão	291
11.3.5. A adequação do pleito de revisão por imprevisão pelo réu: reconvenção?	294
11.4.Controle judicial dos requisitos da Petição Inicial.....	296
11.4.1. Especificação da ' <i>obrigação controvertida</i> ' e do ' <i>valor incontroverso</i> '.	296
11.4.2. Requisitos da inicial em ação revisional de aluguel	303
11.4.3. Vedação ao pedido genérico em ações revisionais de aluguel	305
11.4.4. Poder de adequar o valor da causa de ofício (art. 292, §3º, CPC)	309
11.5.A cláusula de renegociação e o poder-dever de promover autocomposição	311
11.6.Poder de oficiar legitimados para propositura de ação coletiva	318
11.7.Poder de controle da representatividade adequada em processos 'coletivos'	319

12. PODER DE INSTRUÇÃO NA REVISÃO DE CONTRATOS	325
12.1.Os Poderes Instrutórios do Juiz no Brasil e em outros sistemas.....	325
12.2.Poder de determinar a produção de provas de ofício (art. 370, CPC)	332
12.3.Poder de determinar comparecimento da parte (art. 139, VIII, CPC)	336
12.4.Prova técnica para a revisão contratual: cooperação e convenções	338
13. A SENTENÇA NA AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATOS	342
13.1.A sentença revisional e sua natureza.....	342
13.2.Os efeitos da sentença revisional e poder judicial de sua modulação.....	347
13.3.A importância da motivação em demandas revisionais de contratos	349
14. CONCLUSÃO.....	355
15. BIBLIOGRAFIA	358
16. FONTES DE LEGISLAÇÃO E NORMAS ESTRANGEIRAS	379
ANEXO A - “TEORIA DA IMPREVISÃO E REVISÃO - STJ”	380
ANEXO B - “REVISÃO POR LESÃO - STJ”	387
ANEXO C - “HARDSHIP - TJSP”	389
ANEXO D - “EQUIDADE E CLÁUSULA PENAL - STJ”	392

* * *

1. TERMOS DEFINIDOS

ACP	Ação Civil Pública
BGB	Código Civil alemão (<i>Bürgerliches Gesetzbuch</i>)
CC	Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002)
CDC	Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90)
CJF	Conselho da Justiça Federal
CF	Constituição Federal do Brasil de 1988
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei nº 5.452/1943)
CPC	Código de Processo Civil Brasileiro de 2015 (Lei nº 13.105/2015, já atualizada pela Lei nº 13.256/2016)
CPC/73	Código de Processo Civil Brasileiro de 1973 (Lei nº 5.869/73)
DJe	Data de disponibilização no Diário de Justiça Eletrônico
ICC	<i>International Chamber of Commerce</i> (Câmara de Comércio Internacional)
IRDR	Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas
j.	Julgado em
JEC	Juizado Especial Cível (Lei nº 9.099/95)
LACP	Lei da Ação Civil Pública (Lei nº 7.347/198)
LINDB	Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (Decreto-lei nº 4.657/42)
LOMAN	Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Lei Complementar nº 35/1979)
STF	Supremo Tribunal Federal (Brasil)
STJ	Superior Tribunal de Justiça (Brasil)
TJSP	Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Brasil)
ZPO	Código de Processo Civil alemão (<i>Zivilprozessordnung</i>)

2. TEMA

A tese ora apresentada se propõe a tratar do tema dos ‘Limites dos poderes do juiz na revisão de contratos’.

O trabalho pautou-se por buscar respostas a, basicamente, 4 (quatro) macro questões, bastante atuais e recorrentes na vida prática de relações de mercado: (1) O sistema jurídico brasileiro comporta a intervenção estatal em relações contratuais por meio de um poder revisional das obrigações pactuadas pelos contratantes? (2) Em caso positivo, quais os poderes admitidos pelo nosso ordenamento para essa função revisional judicial? (3) No exercício dos poderes em ações revisionais, é possível apontar a existência de critérios padronizados para a revisão judicial de obrigações propriamente dita?; e (4) Em caso positivo, quais seriam tais critérios?

Ao responder tais questões, a presente tese conclui que, no Brasil, é indubitavelmente admitida a intervenção estatal – por meio do Estado-juiz – em relações contratuais não apenas para reconhecer inadimplementos e extinguir relações, mas também para revisar contratos por meio da modificação de obrigações pactuadas pelas partes em determinadas hipóteses previstas em lei ou por vontade das próprias partes contratantes.

Em tais hipóteses de cabimento, identificou-se que, em demandas revisionais de contratos, há peculiaridades que suscitam interessantes questionamentos e controvérsias no exercício dos poderes-deveres do juiz ao longo de toda a demanda: destacamos no trabalho que as peculiaridades em demandas revisionais se manifestam em diversos aspectos no exercício dos poderes de decisão, poderes de direção e poderes de instrução – não obstante os poderes de execução também tenham relevância prática.

No exercício de tais poderes revisionais, contudo, após a análise de ampla doutrina (nacional e estrangeira) sobre o tema e de casos práticos atualmente debatidos por nossos Tribunais, a conclusão a que se chega é que, a despeito de nosso ordenamento material prever diversos critérios (em sua maioria, gerais e amplos) aptos a balizar a atuação revisional do magistrado, não parece haver, na prática, a definição de um *standard* de parâmetros sobre a extensão e a profundidade da aplicação de tais critérios.

Nesse cenário, a tese ora apresentada se pauta pela constatação de que, no Brasil, é admitida a intervenção estatal em relações contratuais em determinadas hipóteses previstas em lei ou por vontade dos contratantes e propõe que, *em demandas revisionais, o juiz, no exercício de seus poderes-*

deveres de decisão e instrução processual – e, em parte, de seus poderes de direção –, deverá observar, para fins de sua limitação e parametrização, (i) a natureza da relação contratual e o tipo contratual, bem como as disposições legais a eles aplicáveis, (ii) a vulnerabilidade das partes impactadas pelos efeitos do contrato, (iii) a lógica econômica do contrato à luz do mercado em que se insere a contratação e (iv) o impacto da contratação ao interesse público.

Significa dizer, em conclusão mais ampla, que a limitação dos poderes do juiz em demandas revisionais de contratos deve se pautar, proporcionalmente, pelo interesse que o Estado tem em tutelar determinadas espécies de relação contratual – seja por sua importância jurídica, social, econômica ou política. Ou seja, quanto maior o interesse estatal em tutelar um determinado modelo de relação contratual para proteger valores mais caros à sociedade, menor é a limitação da extensão e profundidade dos poderes do juiz em demandas que discutam a modificação de determinada obrigação contratual. E isso ocorre porque determinadas naturezas contratuais exigem maior dirigismo, a vulnerabilidade de uma das partes pode demandar maior proteção, determinados mercados exigem maior regulação e preocupação com sua estabilidade econômica e porque um contrato pode impactar mais ou menos o interesse social.

Considerando tal objetivo, o presente trabalho foi estruturado com a expectativa de, (i) inicialmente, fixar as premissas da tese, com a identificação dos conceitos e ideias basilares dos quais partiu o desenvolvimento do tema, (ii) em um segundo momento, apresentar um panorama sobre os poderes-deveres do juiz, em especial considerando a constante modificação histórica dos papéis das partes e do magistrado no processo civil e da própria interferência estatal em relações contratuais e (iii) por fim, explorar os limites de tais poderes e dos critérios previstos em nosso ordenamento especificamente em demandas revisionais de contratos, à luz da importância do tratamento de tais poderes e critérios a depender dos parâmetros ora propostos.

Na fixação de premissas e conceitos (Capítulo 5), buscou-se fundamentar a escolha do recorte temático proposto e informar o leitor sobre a base da qual se partiu para o desenvolvimento do tema proposto. Tal capítulo se mostrou pertinente principalmente em função da natureza interdisciplinar do assunto. Não obstante o viés proposto seja eminentemente de direito processual, o assunto permeia o âmbito do direito material – seara em que alguns conceitos essenciais ao presente trabalho (como p. ex., o do próprio

contrato) comportam constante discussão e que, por sua especificidade, complexidade e enfoque, não serão aprofundados nesta sede.

No panorama geral sobre a intervenção estatal em relações contratuais e poderes-deveres do juiz, a proposta foi dividida conforme os propósitos de, inicialmente, promover uma sistematização de quais são os poderes do juiz e, entre eles, quais os poderes que suscitam maiores controvérsias em demandas de revisão de contratos, bem como expor quais serão objeto de estudo mais aprofundado no trabalho (Capítulo 6), e qual a evolução do papel do juiz na condução de tais demandas, o que esperamos da atuação judicial em ações revisionais e em que consiste propriamente a revisão contratual (Capítulo 7).

No enfrentamento do cerne do tema propriamente dito, apontamos quais devem ser, efetivamente, os limites dos poderes do juiz em demandas que tenham por objeto a revisão de contratos (Capítulo 8).

Ato contínuo, partindo-se da divisão dos poderes-deveres do juiz sob a classificação de seus poderes de decisão, direção e de instrução, buscou-se especificar e aplicar a limitação dos poderes do julgador quanto (i) à decisão sobre as hipóteses de cabimento da revisão judicial de contratos (Capítulo 9), (ii) à *dosagem* da revisão (Capítulo 10), (iii) à direção do processo e gestão de sua marcha e sua regularidade formal (Capítulo 11) e (iv) à instrução do processo (Capítulo 12) – todos sob a ótica de demandas revisionais de contratos e sob o enfoque dos parâmetros de limitação propostos pela tese. Ao final, foram abordados alguns aspectos peculiares da sentença judicial em ações revisionais de contratos (Capítulo 13).

De modo geral, buscou-se compatibilizar orientações de outras searas jurídicas – como o direito constitucional, o direito civil e o direito administrativo – não obstante o enfoque da tese seja eminentemente processual civil, além de percorrer sistemas estrangeiros em busca de tratamentos mais eficazes ao assunto que pudessem ser incorporados à nossa prática.

Por fim, é imprescindível destacar que o desenvolvimento do presente trabalho foi guiado pelo objetivo de enfrentar diversas questões específicas e ainda não respondidas sobre a questão da limitação dos poderes do juiz na revisão de contratos. Almejou-se desenvolver novos elementos teóricos ao tratamento do tema – que é de extrema importância jurídica, social e econômica – e, ao mesmo tempo, garantir que tais elementos contribuam, diretamente, à busca da solução mais efetiva e justa possível às controvérsias dessa natureza e, indiretamente, à uniformização do método de processamento e julgamento de demandas revisionais de contratos levadas a juízo, à criação de um quadro de segurança jurídica às relações sociais e ao mercado econômico,

ao estabelecimento de relação de confiança entre o jurisdicionado e a jurisdição.

* * *

3. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA E IMPORTÂNCIA DO TEMA

A escolha do tema da tese pode ser atribuída a um conjunto de justificativas que, somadas, refletem a importância e pertinência do assunto na atualidade.

O *primeiro aspecto* a justificar a escolha e importância do tema é a ausência de trabalhos multidisciplinares substanciais que discorram, ao mesmo tempo, sobre os poderes do juiz e a revisão de contratos, correlacionando-os e fixando os limites da intervenção de um enfoque puramente processual dentro de uma sistemática primordialmente de direito substancial (civil, administrativo, consumerista, concorrencial etc) e com alguns importantes aspectos constitucionais.

Na esfera de direito material o tema é bastante recorrente. O Código Civil, ao dispor sobre a resolução de contrato por onerosidade excessiva, prevê que “*a resolução poderá ser evitada, oferecendo-se o réu a modificar equitativamente as condições do contrato*” (art.479, CC) e que o contratante poderá “*pleitear que a sua prestação seja reduzida ou alterado o modo de executá-la*” (art.480, CC). Permite-se a “*redução do proveito*” como substitutiva à anulação dos negócios quando constatada a lesão (art. 157, CC). Em contratos de empreitada, permite-se o reajuste de preço se a execução da obra se tornar “*excessivamente onerosa*” (art. 625, III, CC). Em contratos de seguro, se admite a revisão do prêmio “*se a redução do risco for considerável*” (art. 770, CC). A própria Lei de Locações, é clara ao prever uma ação específica voltada para a revisão do valor locatício pactuado pelas partes (arts. 19, 54-A e 68 a 70, Lei de Locações). Sobre tais disposições, há relevantes e reiterados trabalhos doutrinários desenvolvidos.

As abordagens, contudo – a despeito de sua reconhecida qualidade e inegável importância doutrinária – geralmente se limitam, ou ao menos têm por enfoque, a análise dos aspectos de direito material, como os elementos de configuração da onerosidade excessiva em si, a tônica do equilíbrio contratual, a teoria do risco e os aspectos da manifestação de vontade, reportando, muitas vezes, até aos defeitos dos negócios jurídicos como erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão e fraude.

Na esfera constitucional, de igual forma, há importantes trabalhos voltados à limitação ao “*livre exercício de qualquer atividade econômica*” (art. 170, parágrafo único, CF) e às restrições à autonomia da vontade em face de direitos fundamentais.

De fato, tais aspectos são de extrema relevância para a análise do tema e imprescindíveis para o seu correto entendimento. No entanto, não é usual a abordagem quanto ao exercício do poder do magistrado nas demandas envolvendo o assunto. A necessidade de compatibilização com aspectos processuais é evidente. Na aplicação da teoria da imprevisão, a própria indicação de que a modificação equitativa das condições do contrato pode ser feita pelo *Réu* (art. 479, CC) – ou seja, no âmbito de uma ação judicial – indica a pertinência da proposta. A previsão de que a cláusula penal deve ser reduzida equitativamente *pelo juiz* (art. 413) tem o mesmo sentido. E não é só. Ao prever que as hipóteses de nulidades absolutas de negócios jurídicos, o art. 168, parágrafo único do CC ordena que elas “*devem ser pronunciadas pelo juiz*”, trazendo a lume a rica (e controversa) discussão sobre seu confronto com o princípio da demanda e da congruência da tutela jurisdicional ao pedido do autor, firmes e sólidos na teoria processual.

Como se vê, há diversos pontos de inserção que demandam especial atenção.

De outro lado, na seara processual, a doutrina é bastante farta com relação ao tema dos poderes do juiz. Não obstante, seu enfoque é, muitas vezes, mais endoprocessual e menos comunicativo com o direito material.

Justamente neste contexto é que se justifica a importância do trabalho pois, em um cenário em que se enaltece mais a preservação dos negócios jurídicos do que sua anulação, ganha força a necessidade de se entender os limites e a extensão dos poderes de julgamento, de direção e de instrução dos juízes em ações judiciais envolvendo a revisão de obrigações contratuais, em relação às quais, muitas vezes, inexistente um critério objetivo específico que permita pacificar o conflito de direito material de forma razoável, proporcional e justa.

A ideia que se pretendeu desenvolver, nessa linha – em total alinhamento com a visão instrumental do processo e sempre se pautando pela preocupação do atingimento de seus escopos – é a de que os poderes do julgador (especificamente em demandas revisionais de contratos) devem estar alinhados a aspectos de direito material, a depender da natureza contratual, das características das partes contratantes, do interesse público e da lógica da contratação em seu respectivo mercado.

O *segundo aspecto* sobre o qual se fundamenta a escolha e importância do presente tema é sua pertinência social e jurídica. Sob este ponto de vista, a fixação dos limites de atuação do juiz na direção e julgamento de demandas que envolvam a revisão de obrigações contratuais guarda íntima relação com a

efetividade do processo (de modo imediato) e com a pacificação de conflitos sociais, destacando-se sua especial importância na ordem econômica, nas relações comerciais e na própria organização de determinado ramo empresarial (de modo mediato).

Assumindo-se como premissa o entendimento de que a tutela jurisdicional é “*o conjunto de medidas estabelecidas pelo legislador a fim de conferir efetividade a uma situação da vida amparada pelo direito material*”¹, é quase que automática a conclusão de que, uma vez discutida a necessidade de revisão contratual – por qualquer motivo que o direito material a autorize, como p.ex., supressão de uma abusividade ou a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro das obrigações contratuais – o uso do instrumento processual só será útil e adequado, e portanto efetivo, se o provimento jurisdicional adequar a relação contratual ao *status* de equilíbrio que o direito material idealiza.

A intervenção judicial na ‘autonomia de vontade das partes’ manifestada na formação da relação contratual e, em princípio, vinculativa aos contratantes (art. 5º, XXXVI, CF), sob esse ponto de vista, é um forte instrumento de atuação estatal nas relações empresariais.

O assunto ganha, nesse aspecto, contornos constitucionais. O art. 170 de nossa Constituição Federal é claro ao garantir, entre os princípios da atividade econômica, a *livre iniciativa*, a *livre concorrência* e o *livre exercício de qualquer atividade econômica*. Ao mesmo tempo, o próprio dispositivo alude a princípios limitadores a essa liberdade, como a *justiça social*, a *função social da propriedade*, o respeito aos *direitos do consumidor* e as exceções previstas em lei.

O contrato, como “*alavanca da livre iniciativa*” – utilizando-se aqui ilustrativa expressão de MIGUEL REALE – é justamente uma ferramenta a permitir tal intervenção pois “*comprometer o equilíbrio do contrato é (...) imprópria-lo como instrumento hábil para a circulação da riqueza, é abalar a circulação econômica ordinária, significando, em uma palavra, frustrar a livre iniciativa*”².

Aliás, as disposições contratuais podem, inclusive, ultrapassar o âmbito eminentemente particular para impactar interesses coletivos, aí incluídos os

¹ JOSÉ ROBERTO DOS SANTOS BEDAQUE. *Direito e Processo: influência do direito material sobre o processo*, 6ª ed., São Paulo, Malheiros, 2011, p. 31. Ainda, segundo o autor, a efetividade do processo é a sua “*aptidão para produzir concretamente os resultados dele esperados*” (*Efetividade do Processo e Técnica Processual*, 2ª Ed., São Paulo, Malheiros, 2007, p. 32).

² MIGUEL REALE. *Questões de Direito Privado*, São Paulo, Saraiva, 1997, p. 8.

interesses difusos, coletivos em sentido estrito e individuais homogêneos (cf. art. 81, CDC) e, com isso, é possível o ajuizamento de ações voltadas exclusivamente para a salvaguarda de tais interesses. É o caso, por exemplo, de ações civis públicas voltadas para redução, supressão, majoração e até criação de multas contratuais em relações regidas pelo Código de Defesa do Consumidor e para modificação de escopos e condições contratuais ajustados entre particulares, não raras vezes utilizadas como instrumento de intervenção em políticas públicas.

Como se vê, ao juiz é dado o poder de rever esta ferramenta essencial ao exercício da livre atividade econômica – o contrato – e, ao mesmo tempo, de assegurar que tal liberdade se dê sem a violação a direitos sociais igualmente garantidos pela Constituição Federal, afigurando-se de extrema relevância, portanto, o estudo da limitação de seus poderes voltados para revisão de obrigações contratuais.

Nessa linha, a abordagem ainda que primordialmente processual, porém sem negligenciar o direito material, que se pretende desenvolver apenas confirma a grande preocupação com a visão instrumentalista do processo. Ora, se a solução de conflitos à luz de regras de direito substancial é o escopo – ao menos um dos escopos – do processo, a análise multidisciplinar ora pretendida, sem se descurar da autonomia entre as matérias, garantirá uma tese comprometida com a noção de processo de resultados, voltada para a efetiva pacificação social.

O *terceiro aspecto* que sustenta a escolha e importância do tema refere-se à ausência de uma orientação jurisprudencial consolidada, firme e uníssona quanto aos limites dos poderes do juiz da revisão de cláusulas contratuais.

A este respeito, o direito positivo nos garante uma série de critérios definidos, porém dotados de certa generalidade, para guiar o exercício dos poderes do juiz especificamente relacionados à revisão de contratos: a aplicação das normas legais – e, nesse sentido, o direito material nos auxilia ao prever a boa-fé (arts. 113, 187, 242 e em mais de 50 outras referências ao longo do Código Civil), a imprevisibilidade (art. 478, CC), a noção de equilíbrio econômico-financeiro (arts. 187 e 480, CC), a proibição ao comportamento contraditório e ao abuso, etc. –, a analogia, os costumes, os princípios gerais do direito, a equidade, entre outros (arts. 126 e 127, CPC e arts. 4º e 5º do Decreto-lei nº 4.657/42).

Tais critérios, certamente imbuídos de um interesse legislativo em garantir maleabilidade e flexibilidade hábeis a permitir sua aplicação a diferentes relações jurídicas – sempre em constantes e inevitáveis

transformações –, são, por consequência, dotados de certa generalidade, permitindo a abertura de um campo interpretativo para seu emprego em casos concretos específicos.

Nasce então a seara de exercício dos poderes do juiz em cada conflito e, como decorrência lógica, surgem diferentes interpretações resultantes de um mesmo critério legal positivado e com consequências possivelmente díspares em situações fáticas aparentemente similares.

Nesse contexto, o que se espera é que a orientação jurisprudencial adote posicionamentos uniformes na aplicação de tais critérios legais em situações fáticas de mesma identidade, como forma de garantir um mínimo de segurança jurídica.

O que se vê, contudo, é que nem sempre isso ocorre, não só porque os critérios são genéricos e “*abertos*”, mas também porque não há uma sistematização ordenada sobre quais são os efetivos limites do Estado-juiz na interferência sobre os contratos, seja porque há critérios legais aparentemente conflitantes e seu sopesamento não é tão claro, seja porque há situações em que se justifica uma interferência sob critérios econômicos, fora do escopo técnico do magistrado.

Assim, pautando-se também por alguns exemplos ilustrativos da jurisprudência de nossos Tribunais sobre os limites da interferência judicial nas relações contratuais, o trabalho em questão busca sistematizar tais critérios e propor a adequada extensão e limitação dos poderes do juiz em demandas que tenham por objeto a revisão de contratos.

Diante dos aspectos acima descritos, não há dúvidas de que o tema escolhido envolve um assunto atual, rico por sua multidisciplinaridade, de reconhecida importância jurídico-acadêmica, de clara relevância social, e que demanda uma maior sistematização em relação aos conceitos envolvidos e aos critérios e limites de seu exercício, justificando-se a tese de doutorado ora apresentada.

* * *

A correspondência entre a natureza do interesse tutelado na demanda e os poderes do juiz já foi tratada por SWARAI CERVONE, em trabalho sobre os poderes do juiz em ações que envolvam interesses coletivos⁶³⁰. O autor defende que o juiz deve adotar uma postura mais ativa no exercício de poderes instrutórios em ações em que haja um interesse público envolvido (especialmente ações coletivas), seja porque se está diante de um bem com maior relevância social, seja porque, em tais casos, geralmente não há risco de imparcialidade por se tratar o processo coletivo de um processo *objetivo*. Apesar de concordar que o poder instrutório de ofício do juiz não depende necessariamente da disponibilidade ou indisponibilidade do direito material, o autor defende que essa distinção (ao lado da relevância do interesse) pode ser um critério para delimitar o exercício do poder instrutório. Nesse sentido, ao comparar uma ação coletiva de dano ambiental com uma ação individual de colisão de veículos, SWARAI defende que “*não pode o juiz, em casos de direitos disponíveis e pequena relevância social, colocar de lado a existência da preclusão, desprezar a regra de julgamento conforme o ônus da prova e iniciar verdadeira investigação de ofício*”. Para o autor, em lides individuais há uma “*maior responsabilidade*” das partes na sua busca e produção, ao passo que, em ações coletivas, os esquemas processuais não podem ser rígidos, de modo a “*propiciar ao juiz boa margem de liberdade na gestão do processo*” – o que inclui a determinação de produção de provas de ofício.

A necessidade e utilidade da prova, contudo, não são os únicos critérios. É possível que a produção de uma determinada prova seja até necessária ao correto julgamento da demanda e útil para a aferição da adequada revisão, porém, não se mostre razoável em função de ser extremamente custosa – ou às partes, por aspectos financeiros, ou ao próprio processo, pelo tempo que demandará em prejuízo da razoável duração do processo.

Quanto ao seu primeiro aspecto, o *custo* da prova, além de sua necessidade e utilidade, deve ser considerado pelo julgador à luz da preocupação especialmente do parâmetro da *vulnerabilidade* da parte litigante em juízo. Primeiro porque, pela redação do art. 82, §1º do CPC, caberá ao autor adiantar as despesas relativas a ato cuja realização o juiz determinar de ofício – ônus este que poderá sobrecarregar, em excesso, um dos litigantes em detrimento do outro, quando nenhum deles vislumbrou o risco de realização de tal prova. Em segundo, o custo da prova deve ser cuidadosamente valorado pelo juiz por sua íntima relação com a ‘paridade de armas’ que é almejada na

⁶³⁰ *Poderes do Juiz nas Ações Coletivas*, Universidade de São Paulo – Faculdade de Direito (Dissertação), São Paulo, 2007, pp. 61, 63, 87-89.

seara processual. A doutrina, neste ponto, exige certo cuidado do julgador e tal prudência, a exemplo de ROQUE KOMATSU⁶³¹ que lembra que “o juiz não deve suprir deficiência probatória em que uma das partes incorreu”, mas apenas “assegurar que sejam iguais as oportunidades”.

Quanto ao seu segundo aspecto, a avaliação do custo da prova determinada de ofício pelo julgador deve considerar sua pertinência face ao temo do processo. Essa preocupação com o tempo do processo foi, inclusive, positivada nos EUA. A Rule 403 das *Federal Rules of Evidence* dos EUA⁶³² garante ao juiz o poder de excluir a produção de provas que, mesmo relevantes, levem a um “atraso injustificado” ou à “perda de tempo” no processo. Também o art. 147 do CPC francês é bastante claro ao estabelecer que o juiz deve limitar a escolha do meio de prova àqueles que são “suficientes para a solução do litígio” e optar por aqueles que sejam “mais simples e menos onerosos”. A importância do custo da prova também já foi destacada por TARUFFO⁶³³, para quem a escolha do meio de prova deve avaliar sua pertinência para “evitar perda de tempo e dinheiro”.

Nesse sentido, já mencionamos anteriormente o exemplo do caso *Volkswagen* na Alemanha do pós-guerra, em que o Tribunal insistiu na solução da revisão contratual e, para tanto, foi necessária longa e complexa prova contábil que envolveu todo o custo industrial de uma fábrica para apuração do preço de apenas 2 (dois) automóveis. Não é isso, certamente, que se espera de um processo civil cooperativo, de resultados justos e em tempo razoável.

12.3. Poder de determinar comparecimento da parte (art. 139, VIII, CPC)

Como já disse PIERO CALAMANDREI⁶³⁴, invocando um antigo provérbio veneziano, para vencer uma demanda não basta apenas ter razão; é preciso ter razão, saber expô-la, encontrar quem a compreenda. A necessidade de que o juiz compreenda o litígio trazido à análise do Judiciário é, talvez, o principal e

⁶³¹ Notas em torno dos deveres processuais dos juízes. *As Grandes Transformações do Processo Civil Brasileiro – Homenagem ao Professor Kazuo Watanabe*. Carlos Alberto de Salles (Coord.), São Paulo, Quartier Latin, 2009, pp. 708-709.

⁶³² Rule 403 - The court may exclude relevant evidence if its probative value is substantially outweighed by a danger of one or more of the following: unfair prejudice, confusing the issues, misleading the jury, undue delay, wasting time, or needlessly presenting cumulative evidence (As amended Apr. 26, 2011).

⁶³³ *A prova*. Tradução João Gabriel Couto (La prueba), 1ª ed., São Paulo, Marcial Pons, 2014, p. 48.

⁶³⁴ *Il Processo come Giuoco*. *Rivista di Diritto Processuale*, v. V, parte I, Padova, CEDAM, 1950, p. 25.

mais importante desafio da tutela jurisdicional justa quando esta envolve a revisão de contratos. Esse desafio é claro na medida em que o juiz é um profissional que domina a técnica jurídica mas é, a rigor (e com razão de ser), um leigo em negócios e, enquanto tal, precisa de esclarecimentos para que possa promover o correto julgamento da controvérsia.

O CPC inovou ao incluir entre os poderes-deveres gerais do juiz, no inciso VII do art. 139, “*determinar, a qualquer tempo, o comparecimento pessoal das partes, para inquiri-las sobre os fatos da causa, hipótese em que não incidirá a pena de confesso*”. A redação é bastante similar à prevista no art. 342 do CPC/73⁶³⁵, que estava inserida dentro do capítulo destinado ao depoimento pessoal das partes. Contudo, trata-se aqui de nova figura que não se confunde com o depoimento pessoal das partes – meio de prova regulamentado em apartado, nos arts. 385 a 388 do CPC – e que, diferentemente deste, não implica a consequência de confissão. Para TERESA ARRUDA ALVIM⁶³⁶, a nova figura tanto não guarda relação com o depoimento pessoal que deve ser tomado em uma “*audiência informal*”, separada do momento da audiência de instrução.

A medida não é nova no direito processual estrangeiro. No sistema processual alemão, REINHARD GREGER e RONALDO KOCHER⁶³⁷ comentam que o poder do juiz de determinar o comparecimento pessoal das partes, previsto no §141, I, 1 da ZPO alemã, “*não deve servir ao esclarecimento do juízo (Amtsaufklärung), embora essa compreensão equivocada seja comum, mas sim, ao melhor entendimento dos argumentos das partes*”, sendo esta a posição que mais se coaduna à efetivação do dever de cooperação positivado em tal sistema. Na França, o *Code de Procédure Civile*, em seu art. 8º⁶³⁸, também permite ao juiz convocar as partes a comparecer em juízo e fornecer esclarecimentos fáticos necessários à solução da lide. De igual forma se orienta o sistema italiano (art. 117⁶³⁹).

No Brasil, o entendimento tem sido no sentido de que a finalidade da inquirição serve a “*aclarar pontos do processo que ele [juiz] reputa*

⁶³⁵ “Art. 342, CPC de 1973 – *O juiz pode, de ofício, em qualquer estado do processo, determinar o comparecimento pessoal das partes, a fim de interrogá-las sobre os fatos da causa*”.

⁶³⁶ *Primeiros Comentários ao novo código de processo civil: artigo por artigo*, 1ª ed., São Paulo, Revista dos Tribunais, 2015, pp. 265-266.

⁶³⁷ Cooperação como Princípio Processual, *Revista de Processo*, vol.206, abril-2012, p.123, item 4.

⁶³⁸ Na íntegra, o art.8º do Código processual francês estabelece que “*Le juge peut inviter les parties à fournir les explications de fait qu’il estime nécessaires à la solution du litige*”.

⁶³⁹ O art. 117 do *Codice di Procedura Civile* estabelece que “*il giudice, in qualunque stato e grado del processo, ha facoltà di ordinare la comparizione personale delle parti in contraddittorio tra loro per interrogarle liberamente sui fatti della causa*”.

importantes para a decisão da causa”⁶⁴⁰. De fato, este parece ter sido o objetivo da nova disposição, clara em vincular a inquirição a esclarecimentos “*sobre os fatos da causa*” e pode – e deve – ser utilizada pelos magistrados para melhor compreender as questões fáticas muitas vezes complexas que permeiam as demandas judiciais, notadamente aquelas que envolvam a revisão de contratos e demandem o conhecimento da lógica econômica como pressuposto para uma decisão correta e adequada ao funcionamento do mercado.

Um dos questionamentos geralmente levantados pela doutrina sobre o tema é sobre o momento de sua produção: se os esclarecimentos seriam cabíveis apenas após a produção de outras provas, como complementares e sobre pontos ainda pendentes ou duvidosos ou se não haveria qualquer exigência em relação ao seu momento processual. Entende-se aqui, contudo, que a questão parece já ter sido respondida pelo próprio dispositivo, bastante claro em permitir o exercício de tal poder-dever pelo magistrado “*a qualquer tempo*”.

O exercício de tal poder judicial de determinar o comparecimento da(s) partes(s) para esclarecimentos, sem que a convocação tenha os mesmos efeitos de um depoimento pessoal (e possível confissão) pode ser de extrema relevância em demandas que envolvam revisão de contratos – principalmente em casos de contratos complexos e em contratos que tenham impacto em uma coletividade.

12.4. Prova técnica para a revisão contratual: cooperação e convenções

A análise da interferência do Estado em relações contratuais por um viés da orientação dos estudiosos de *Law and Economics* – de aplicação da teoria econômica ao direito – sempre rende interessantes discussões e a produção de provas em demandas que envolvam revisão judicial de contratos é exatamente uma delas.

Expoente da Escola de Chicago, RICHARD POSNER⁶⁴¹ é um de seus principais autores, defendendo a eficiência da circulação de recursos e sua influência no mundo jurídico. Segundo o autor, em áreas como antitruste, direito contratual, direito financeiro, propriedade intelectual, direito ambiental,

⁶⁴⁰ Nesse sentido: NELSON NERY JR. e ROSA NERY (*Comentários ao Código de Processo Civil*, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2015, p. 585).

⁶⁴¹ *How judges think*, Cambridge – Massachusetts, Harvard Press, 2008, p. 77.

responsabilidade civil por danos, entre outras, os tribunais têm adotado uma abordagem econômica à solução de tais casos, mas não suficientemente aplicáveis aos casos sem a necessidade de considerar suas consequências sociais. Para ele, questões como, por exemplo, se um fornecedor pode ou não proibir seus distribuidores de reduzir preços de revenda definidos pelo primeiro, não podem ser respondidas por técnicas legalistas e não devem ser respondidas por uma *intuição não instruída*; mas poderiam ser respondidas de forma objetiva por “*judges armed with basic economic skills and insights*”.

De modo adequado e direto, MICHELE TARUFFO⁶⁴² destaca a importância dos bons peritos – que tragam aos autos uma “ciência boa” – para os corretos julgamentos e defende que “*se o juiz servir-se de um perito em um ramo no qual não existem conhecimentos científicos confiáveis, correrá o risco de se ver difundindo conhecimentos pseudocientíficos cuja confiabilidade não supera aquela das ilações que alguns extraem da leitura da borra de café*”.

De fato, o juiz, em casos mais complexos (*hard cases*) e a fim de evitar trabalhos que não estejam no mesmo nível de complexidade têm o poder-dever de estimular uma indicação conjunta pelas partes, as quais podem ter acesso a profissionais mais qualificados para aquele determinado mercado em que atuam, mas que precisem desse “impulso” para que se componham quanto a uma indicação conjunta. Tal como já mencionado anteriormente – em item pertinente ao negócio jurídico processual e as cláusulas de *hardship* – o juiz cooperativo e de boa-fé tem o poder-dever de estimular esse esclarecimento necessário ao correto julgamento da lide, demandar que as partes apresentem informações técnicas e, inclusive, convocar audiência com os patronos para que, em saneamento compartilhado, sejam conjuntamente fixados os pontos controvertidos e deferidas provas técnica importantes e adequadas, facultando às partes, expressamente, que indiquem profissionais para assumir o encargo se necessário for.

Nesse ponto as convenções processuais ganham uma importante atribuição. É sabido que a regra do *pacta sunt servanda* e o princípio da relatividade contratual têm seu alcance também a esta figura, no sentido de que os pactos vinculam as partes – e apenas as partes. De todo modo, assim como com a evolução da teoria contratual passou-se a admitir cientificamente que, inobstante a relatividade, os pactos podem produzir efeitos em relação a terceiros e à sociedade de modo geral. O tema ganha contornos especiais quando estamos diante da pactuação de uma convenção processual pois sendo

⁶⁴² *A prova*. Tradução João Gabriel Couto (La prueba), 1ª ed., São Paulo, Marcial Pons, 2014, p. 322.

o juiz um terceiro ao ajuste, estaria vinculado às disposições das partes sobre determinados aspectos do processo?

ANTONIO DO PASSO CABRAL⁶⁴³ defende que o juiz não é parte em convenções processuais pois carece ele de liberdade (ao menos a mesma liberdade conferida às partes) e que o juiz se vincula às convenções processuais válidas porque tem o dever de aplicar a norma convencional (e não apenas a *norma legislada*). Apesar de não ser parte, ele pode, segundo o autor, *participar*, seja incentivando às partes ao juste, seja fiscalizando mediante o controle de sua validade e, nessa participação, é essencial que a condução da prova seja feita de modo conjunto e inclusive, o juiz tenha a iniciativa, se julgar pertinente, de formular questões técnicas a peritos indicados pelas partes, mesmo que a perícia não seja, por acordo de vontades, produzida por um profissional indicado pelo juiz⁶⁴⁴.

Antes do CPC, Leonardo Greco⁶⁴⁵ também já defendida que um aumento do poder das partes não deveria ser interpretado como “*uma tendência de privatização da relação processual*” mas apenas o reflexo de uma aceitação de que as partes são destinatárias dessa prestação jurisdicional e portanto habilitada a tomar certas decisões em relação ao seu rumo.

Se destaca não apenas a iniciativa do juiz nessa condução da produção probatória, mas também sua gerência quanto à inversão do ônus de produção dessa prova. O art. 373, §1º do CPC não deixa qualquer dúvida de que cabe ao juiz esse poder, inclusive de ofício e sempre de forma fundamentada, de atribuir ônus da prova de modo diferente da regra geral nos casos previstos em lei ou diante de peculiaridades da causa relacionadas à impossibilidade ou à excessiva dificuldade de cumprir o encargo, ou ainda, à maior facilidade de obtenção da prova do fato contrário. O permissivo guarda íntima relação com o critério da vulnerabilidade, que, como se adiantou, pode dizer respeito à defensabilidade dos sujeitos em diversos aspectos – informacionais, econômicos, técnicos etc.

⁶⁴³ *Convenções Processuais: entre publicismo e privatismo*, Tese de Livre-Docência, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015, p. 238.

⁶⁴⁴ O Ministro LUIZ FUX, em apresentação sobre Direito e Desenvolvimento, destacou que a figura das convenções processuais e a possibilidade de fixação de um calendário processual pelas partes foi uma das medidas adotadas pelo CPC como foco na análise econômica do direito e destacou o acerto do entendimento doutrinário que defende que um sistema processual eficiente tem influência nos investimentos de um país (Law and development: the role of the judiciary in Brazil. *Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais*, vol. 77, julho-setembro 2017, pp. 15-21, item 2).

⁶⁴⁵ Os Atos de Disposição Processual – Primeiras Reflexões. *Os Poderes do Juiz e o Controle das Decisões Judiciais: estudos em homenagem à Professora Teresa Arruda Alvim Wambier*, Coord. José Miguel Garcia Medina et al., São Paulo, Revista dos Tribunais, 2008, pp. 290-291.

TÉRCIO SAMPAIO FERRAZ JUNIOR⁶⁴⁶, ao tratar de discussões em sede de defesa da concorrência, destaca a importância desse tratamento do ônus da prova. O autor traz a experiência dos sistemas alemão e norte-americano a este respeito. No sistema alemão, a Corte Suprema tende a utilizar o conceito de mercado comparativo para avaliar o dano ocorrido em mercado com infração às normas concorrenciais, comparando-o a mercados sob regime de livre concorrência – eles não buscam uma certeza rigorosa na quantificação do dano, mas sim uma aproximação, uma média. Segundo o autor, nos EUA, a Suprema Corte tem adotado em demandas sobre direito antitruste, com base na comum *assimetria de informações* entre as partes envolvidas, uma tendência à prevalência da presunção de responsabilidade do réu-cartelizador pelo efeito danoso na distribuição do ônus da prova em favor do autor-prejudicado. Isso porque, o que se pretende punir não é o dano em si (daí a desnecessidade de sua prova efetiva quanto à sua ocorrência e extensão), mas a capacidade do ato em produzir os danos tutelados pela lei.

A questão ganha contornos importantes quando estamos diante de demandas revisionais. A depender da natureza da relação e da vulnerabilidade dos envolvidos, é praticamente impossível ao lesado, em algumas situações, demonstrar que a lógica econômica sofreu algum impacto indesejado e que esse impacto reflete no próprio interesse público de manutenção equilibrada das relações sociais.

A ideia de que os sujeitos processuais possam, cooperativamente e eivados de boa-fé, discutir a pertinência da produção da prova técnica essencial ao correto julgamento da demanda revisional está em total consonância com o parâmetro limitador de consideração da lógica econômica e do interesse público em demandas revisionais e tem por objetivo estimular que a tutela jurisdicional seja a mais adequada, segura e efetiva aos agentes do mercado e que sirva de parâmetro para pacificação e estabilidade econômica.

* * *

⁶⁴⁶ Sanções por infração à ordem econômica na lei concorrencial. *Tratado de Direito Comercial: estabelecimento empresarial, propriedade industrial e direito da concorrência*, vol. 6, Fábio Ulhoa Coelho (Coord.), São Paulo, Saraiva, 2015, pp. 426-427.

13. A SENTENÇA NA AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATOS

13.1. A sentença revisional e sua natureza

A sentença é, por definição do art. 203, §1º do CPC o pronunciamento por meio do qual o juiz, com fundamento nos arts. 485 e 487, põe fim à fase cognitiva do procedimento comum, bem como extingue a execução. Entre estas, nos interessa a análise das sentenças que resolvem o mérito da demanda, propriamente dito, acolhendo ou rejeitando o pedido formulado na ação ou na reconvenção (art. 487, I, CPC), especificamente para revisar ou não cláusulas contratuais.

Para esse tipo específico de demanda, discute-se qual seria a natureza jurídica da sentença, entre suas diversas espécies. A classificação mais usual das sentenças diz respeito à sua segregação conforme o tipo de pedido que é formulado pelas partes. Sob tal critério, é comum a classificação das sentenças em (i) *declaratórias* (também chamadas *meramente declaratórias* pois, na realidade, todas as sentenças têm função declarativa) – que confirmam a existência ou inexistência de uma determinada relação jurídica, ou seja, *declaram certezas*; (ii) *constitutivas* – que criam, modificam ou extinguem uma relação ou situação jurídica; (iii) *condenatórias* – que impõem uma ação ou omissão à parte demandada; (iv) *mandamentais* – que contêm uma ordem de ação ou omissão ao réu, sob pena de desobediência e consequentes responsabilidades; e há ainda que aponte as (v) *executivas lato senso*⁶⁴⁷ – que, além da condenação, gozam de aptidão de satisfazer o credor independentemente de nova demanda de execução.

Sob tal classificação, a causa da revisão judicial é de extrema relevância para o enquadramento da natureza da sentença entre tais modalidades e, consequentemente, para a geração de efeitos da determinação judicial no tempo.

Ao reconhecer abusividades e declarar, portanto, invalidades, a sentença tem natureza declaratória em relação à abusividade sofrida e, em relação ao futuro (caso se esteja diante da modificação de relação contratual em curso), o

⁶⁴⁷ Defendendo a existência de tal natureza: TERESA ARRUDA ALVIM (*Nulidades do Processo e da Sentença*, 8ª ed., São Paulo, Revista dos Tribunais, 2017, p. 81).

conteúdo revisado confere natureza constitutiva da ‘nova’ relação jurídica que deve ser observada pelas partes.

As sentenças que promovem a revisão de uma dada relação contratual com fundamento na modificação das circunstâncias (revisão judicial em sentido estrito) têm natureza constitutiva na medida em que além de incluir uma declaração (de desequilíbrio, de excesso, de invalidade, de defeito, de desproporção etc), cria, modifica ou extingue – em parte – uma relação jurídica, constituindo uma nova em seu lugar.

Há na doutrina, contudo, uma discussão sobre se as sentenças revisionais de contratos pertenciam à controversa classificação de *sentença determinativa* (ou *dispositiva*)⁶⁴⁸. O conceito, contudo, não é harmônico, sendo possível apontar, ao menos, 2 (duas) ideias centrais que já foram empregadas para caracterizá-la: a ideia de discricionariedade judicial e de julgamento por equidade e a ideia de modificação de relações ‘de duração’.

Entre os primeiros, na Itália, PIERO CALAMANDREI distinguia a sentença determinativa das demais espécies de sentença pelo fato de o juiz, naqueles casos, não levar em conta a estrita vontade da lei, mas a avaliação de uma situação de fato com base em critérios de oportunidade e conveniência e, de forma similar, CHIOVENDA a conceituava a partir da ideia de poder discricionário do juiz⁶⁴⁹. Cernelutti, de igual forma, distinguia o *processo d'accertamento costitutivo* (aquele em que o juiz aplica, de forma automática, a norma escrita) do *processo dispositivo* (aquele em que o juiz tem uma maior autonomia dada pela própria norma escrita) – e, conseqüentemente, a natureza das respectivas sentenças. SERGIO COSTA⁶⁵⁰, na década de 1930, caracterizava a sentença determinativa como aquela proferida em situações em que a norma escrita não prevê, diretamente, uma obrigação ou direito do interessado, mas

⁶⁴⁸ Essa não foi a única tentativa de diferenciar a natureza da intervenção judicial em contratos das demais. Sob a ótica do direito civil francês, SAMIR TANAGHO, na década de 1960, se ocupou do tema da revisão judicial de contratos sob o enfoque do que foi por ele intitulada “*obrigação judiciária*”. Em seu texto, foi desenvolvida a ideia – com forte influência do direito romano – de que, ao revisar uma obrigação contratual, o juiz faz nascer uma nova obrigação (julgamento como fonte de obrigação) e, havendo substituição de uma obrigação por outra, se trataria de uma espécie de *novação necessária* ou *novação judiciária*⁶⁴⁸. Tal orientação, contudo, não se mostra pertinente para este trabalho pois a tentativa buscou, na verdade, uma qualificação da obrigação surgida no âmbito jurisdicional na seara civil e não propriamente uma qualificação processual da sentença (*De l'obligation judiciaire: etude morale et technique de la révision du contrat par le juge*. Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence. Faculdade de Direito e Ciências Econômicas de Paris, Paris, 1965, pp. 80-81, 85).

⁶⁴⁹ Cf. CARMEN LÍGIA NERY (*Decisão judicial e discricionariedade: a sentença determinativa no processo civil*, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2014, pp. 63 e 65).

⁶⁵⁰ *Le sentenze civili con la clausola rebus sic stantibus*. Siena, Circolo Giuridico della R. Università, 1930, pp. 15 e 32.

atribui ao juiz o poder de estatuí-los e estipular sua consequência jurídica e sugeriria o uso da expressão “*sentença com cláusula rebus sic stantibus*” para essas situações (p. ex., redução de cláusula penal quando a obrigação por parcialmente cumprida). Segundo o autor, contudo, apesar de a discricionariedade e a sentença determinativa se entrelaçarem, a primeira não seria uma condição necessária à segunda – vale dizer, há essa identidade quando a lei remete ao juiz a determinação do objeto e seus efeitos segundo as circunstâncias do caso, mas não haveria quando a lei remete ao juiz apenas as consequências jurídicas (há discricionariedade sem necessariamente uma sentença determinativa) e quando a lei remete ao juiz a determinação do objeto mas lhe dá critérios precisos para sua inferência (não há discricionariedade, mas há sentença determinativa).

Ao tratar do tema, ENRICO LIEBMAN⁶⁵¹ critica algumas afirmações dessa corrente. Ao considerar as sentenças determinativas ou dispositivas como aquelas em que o juiz “*decide segundo as circunstâncias ou segundo a equidade, e está revestido em certa medida de um poder discricionário*”, o autor destaca o perigo de se sustentar essa diferenciação na medida em que poderia levar à errônea conclusão de uma atenuação da autoridade da coisa julgada. Para LIEBMAN, todas as sentenças, na verdade, contêm implicitamente a cláusula *rebus sic stantibus* e o que muda, em tais casos, é apenas o fato de a relação jurídica ser continuativa – situação que em nada difere das sentenças constitutivas, que também produzem uma modificação em uma dada situação jurídica. DINAMARCO⁶⁵², no mesmo sentido, destaca que as sentenças determinativas são aquelas que “*decidem por equidade*”, mas lembra que estas nada têm “*de peculiar pelo aspecto processual*”.

Mais recentemente, CARMEN LÍGIA NERY⁶⁵³ apresentou contundentes críticas ao instituto e defendeu que o conceito clássico de sentença determinativa (fundado na discricionariedade) seria incompatível com o Estado Democrático de Direito na medida em que o juiz, ao agir como *integrador*, “*não está totalmente amarrado aos limites formais da regra da congruência*”. O civilista RODRIGO FERNANDES REBOUÇAS⁶⁵⁴, na mesma linha, destacou que a

⁶⁵¹ Eficácia e Autoridade da Sentença e outros escritos sobre a coisa julgada. 4ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 2006, pp. 26-28.

⁶⁵² *Instituições de Direito Processual Civil*, vol. III, 7ª ed., São Paulo, Malheiros, 2017, p. 219.

⁶⁵³ *Decisão judicial e discricionariedade: a sentença determinativa no processo civil*, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2014, pp. 67, 89 e 178.

⁶⁵⁴ *Autonomia privada e análise econômica do contrato*, São Paulo, Almedina, 2017, pp. 99 e 172-173.

sentença determinativa seria “*capaz de gerar insegurança jurídica*” pois criaria novas condições contratuais, muitas vezes, de ofício pelo juiz.

As conclusões, contudo, nos parecem austeras em excesso. Primeiramente, porque, como já se defendeu, a limitação do princípio da demanda e do princípio da congruência são de extrema relevância em ações revisionais – inclusive quando estamos diante de questões que, do ponto de vista material, gozam de natureza de ‘ordem pública’. E também como já se defendeu em item pertinente, o presente trabalho confirma a existência de um campo de discricionariedade judicial em hipóteses previstas pelo próprio legislador e defende que, neste campo, não há espaço para arbitrariedades e amplas criações, dada a limitação da atividade jurisdicional à adequação e utilidade (conveniência e oportunidade) da medida entre os ‘indiferentes’ à sua disposição. Mas se de um lado se defende aqui a existência (ainda que excepcional) de um poder discricionário, por outro, não é o exercício de tal poder que altera a natureza de uma sentença que, como as demais sentenças constitutivas, se prestará à modificação uma situação jurídica. Não é o fundamento e sim o resultado da modificação que determina a natureza da tutela jurisdicional.

Assim, concorda-se com a posição de que as sentenças ‘declarativas’ ou ‘dispositivas’ se incluem na classificação do que concebemos sentença ‘constitutiva’⁶⁵⁵.

O fato de um provimento jurisdicional se dar de modo mais ou menos *discricionário* ou *criativo*, seja fundado em regras específicas e pontuais, seja fundado na apreciação de conceitos jurídicos indeterminados, cláusulas gerais ou princípios, não afeta sua condição como provimento jurisdicional ou mesmo a autoridade da coisa julgada⁶⁵⁶. A maior ‘amplitude’ e ‘abertura’ conferida ao legislador é feita para se garantir maior maleabilidade no método de pacificação social e busca uma adaptação do direito à evolução sempre constante e rápida dos conflitos e da sociedade de modo geral. Pensar dessa forma implicaria retirar a autoridade que qualifica a jurisdição e, em último grau, feriria seu escopo de garantir paz, segurança e confiabilidade aos jurisdicionados.

⁶⁵⁵ Nesse mesmo sentido: NELSON BORGES (*A Teoria da Imprevisão no Direito Civil e no Processo Civil (com referências ao Código Civil de 1916 e ao novo Código Civil*. São Paulo, Malheiros, 2002, p. 642).

⁶⁵⁶ Segundo ADA PELLEGRINI GRINOVER, em comentário à obra de LIEBMAN, “*a carga de poder discricionário contido na sentença determinativa não altera a função exercida pelo juiz no processo*” (Notas à obra de ENRICO TULLIO LIEBMAN. *Eficácia e Autoridade da Sentença e outros escritos sobre a coisa julgada*. 4ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 2006, p. 35).

Além disso, não podemos confundir a natureza do provimento jurisdicional com a sua eficácia para situações passadas ou futuras. Neste ponto, importante desconstituir a alegação de que o art. 505, I do CPC reconheceria a introdução das sentenças determinativas no ordenamento brasileiro e revelaria uma hipótese de *mitigação* da força da coisa julgada – argumento por vezes invocado para se defender a natureza de sentenças proferidas ações revisionais de contratos de duração prolongada no tempo⁶⁵⁷.

O art. 505, I do CPC excepciona a regra de vedação a novas decisões judiciais sobre questões já decididas relativas à mesma lide se, tratando-se de relação jurídica continuativa, sobrevier modificação no estado de fato ou de direito – hipótese em que a parte poderá pedir a revisão do que foi estatuído na sentença. Segundo CRUZ E TUCCI⁶⁵⁸, o novo CPC “*perdeu a oportunidade de eliminar (...) uma regra legal absolutamente desnecessária, que conspira contra a boa técnica processual*”. A este respeito, é importante que se constate que tal dispositivo legal em nada afasta ou mitiga a autoridade da coisa julgada (forma e material) de sentenças que versem sobre a modificação de relações jurídicas continuativas – e não afetam, de modo algum, as consequências dessa coisa julgada, como p. ex., o cabimento de ação rescisória⁶⁵⁹. Ao contrário, a leitura do dispositivo conduz ao entendimento de que, mantido o estado de fato e de direito da relação, nenhum juiz decidirá novamente as questões decididas relativas à mesma lide e que eventual novo pleito revisional apenas se justifica na hipótese de superveniência da modificação do estado das coisas. Ou seja, a causa de pedir será totalmente distinta da ação anterior, não havendo completa identidade entre os elementos da ação⁶⁶⁰.

⁶⁵⁷ O dispositivo legal é geralmente invocado em ações de alimentos, em ações de guarda de menores e em ações de condenação a pagamento de benefício previdenciário.

⁶⁵⁸ *Comentários ao Código de Processo Civil: artigos 485 ao 538*, v. 8, Luiz Guilherme Marinoni et al. (Coord.), São Paulo, Revista dos Tribunais, 2016, p. 209.

⁶⁵⁹ Nesse sentido, FLÁVIO YARSHELL confirma que “*não parece correto excluir o cabimento da ação rescisória*” se os vícios apontados pelo art. 966 do CPC (antigo art. 485 do CPC/73) não configurarem modificação do “estado de fato ou de direito” a que alude o art. 505, I do CPC (antigo art. 471, I do CPC/73) (*Ação Rescisória: juízos rescindente e rescisório*, São Paulo, Malheiros, 2005, p. 174).

⁶⁶⁰ A mesma crítica é aplicável ao art. 15 da Lei de Alimentos (Lei nº 5.478/68), que dispõe que “*a decisão judicial sobre alimentos não transita em julgado e pode a qualquer tempo ser revista, em face da modificação da situação financeira dos interessados*”.

13.2. Os efeitos da sentença revisional e poder judicial de sua modulação

A confirmação da natureza da sentença revisional de contratos como constitutiva é essencial para se analisar a sua eficácia. Nesse sentido, a regra é que as sentenças declaratórias e condenatórias produzam efeitos de forma retroativa ao período discutido na demanda (*ex tunc*) e as sentenças constitutivas, mandamentais e executivas lato sensu produzam efeitos apenas a partir do pronunciamento judicial (*ex nunc*).

A distinção é importante em ações revisionais de contrato para a definição do momento a partir do qual a modificação implementada pelo juiz surtirá efeitos na relação jurídica e tal definição dependerá, em especial, da causa do pleito revisional.

Nosso Código Civil, em seu art. 478, ao dispor sobre a hipótese de resolução (e não especificamente a revisão) contratual com fundamento na imprevisão, prevê expressamente que os efeitos da sentença que resolver o contrato “*retroagirão à data de citação*”⁶⁶¹. Não obstante a previsão se refira apenas à resolução e não à revisão e se trate de sentença de natureza constitutiva, é plausível a aplicação do mesmo entendimento para fins de produção de efeitos. Assim, uma vez confirmada a revisão judicial por meio de sentença ou acórdão não mais provido, processualmente, de efeito suspensivo é possível o cumprimento provisório da tutela jurisdicional com produção de efeitos a partir da citação; e, em definitivo, após o trânsito em julgado⁶⁶².

Quanto às invalidades como causa de revisão judicial de contratos, o CC traz importantes disposições que afetam a esfera processual de eficácia das sentenças revisionais. O art. 177 do CC é claro ao estabelecer que a anulabilidade “*não tem efeito antes de julgada por sentença*” – não obstante

⁶⁶¹ Há quem discuta a pertinência dessa disposição. Nesse sentido, ÊNIO ZULIANI defende que “*restringir o campo de incidência da sentença para excluir as prestações vencidas antes da citação, seria o mesmo que negar efeito prático ao instituto*” pois as partes apenas tomariam ciência do sacrifício quando tentassem cumprir a obrigação (Resolução do contrato por onerosidade excessiva. *Teoria Geral dos Contratos.*, Coords. Renan Lotufo; Giovanni Ettore Nanni, São Paulo, Atlas, 2011, p. 665). Sobre tal ponto, identificamos que há algumas decisões revisionais de contratos que optaram por permitir a eficácia da revisão a partir do ajuizamento da ação e não propriamente a citação (por exemplo: TJSP, AI 9003790-73.1999.8.26.0000, Rel. Des. Nestor Duarte, j. 06.10.1999 e TJSP, AI 9001964-12.1999.8.26.0000, Rel. Des. Nestor Duarte, j. 27.10.1999).

⁶⁶² NELSON BORGES, ao analisar ações revisionais fundadas na teoria da imprevisão, destaca que a sentença é constitutiva e, como regra, portanto, tem efeitos *ex nunc*, só produzindo efeitos com o seu trânsito em julgado. Na verdade, porém, é possível que produza efeitos antes do trânsito em julgado, mediante o cumprimento provisório de sentença.

A Teoria da Imprevisão no Direito Civil e no Processo Civil (com referências ao Código Civil de 1916 e ao novo Código Civil. São Paulo, Malheiros, 2002, p. 642.

não faça referência aqui ao status processual da sentença, entende-se aqui como aquela sentença não mais sujeita a efeito suspensivo (a ensejar cumprimento provisório) e aquela transitada em julgado (a ensejar cumprimento definitivo). Não obstante, é comum que se afirme que a desconstituição do ato anulável se dá com efeitos retroativos (*ex tunc*). HEITOR SICA⁶⁶³ confirma os efeitos do reconhecimento judicial da nulidade operam *ex tunc* pois o ato está viciado desde seu nascimento e segundo RUY ROSADO DE AGUIAR JR., isso ocorreria pois a “*sua passagem para o plano da eficácia foi apenas provisória*”⁶⁶⁴.

Em relação ao passado, a causa da revisão judicial, portanto, importa à delimitação de efeitos. Para a sua prospecção ao futuro, a constituição de uma ‘nova’ (‘modificada’) relação jurídica tem traços de identidade, independentemente da causa. Com essa perspectiva, contudo, é importante que se tenha em mente a necessidade de a sentença definir, tal como se as partes o tivessem definido em contrato, todos os elementos necessários à execução da obrigação contratual, sem lacunas e sem condicionantes. Nesse ponto a sentença brasileira deve, por imposição do legislador processual, ser certa – ela pode resolver uma relação jurídica condicional, mas não pode ser uma sentença condicional.

Ainda em relação aos efeitos, destaca-se o fato de que, em demandas de defesa coletivo que tenham por objeto direitos individuais homogêneos relacionados a pedidos revisionais de contratos que se apliquem a uma homogeneidade de pessoas, seus efeitos se espraiam a essa coletividade de interessados e, uma vez procedente a demanda, os indivíduos terão que promover demanda autônoma de cumprimento, em nome próprio, para que possam, além de endereçar as questões individuais relativas a cada relação contratual em si, obter, em seu favor, os efeitos da tutela jurisdicional revisional. Segundo TEORI ZAVASCKI⁶⁶⁵, a sentença, neste caso, confere tutela de conteúdo genérico, com juízo limitado ao âmbito da homogeneidade do direito, cabendo aos individuais seu respectivo cumprimento.

Por fim, a retroatividade dos efeitos das sentenças, contudo, não afeta, a rigor, a exigibilidade das prestações contratuais pactuadas entre as partes. Durante a fase de renegociação extrajudicial e mesmo durante a tramitação da ação judicial em que se discute a modificação contratual, é premissa a

⁶⁶³ Contribuição ao estudo da Teoria das Nulidades: comparação entre o sistema de invalidades no Código Civil e no Direito Processual Civil. *Impactos Processuais do Direito Civil*. São Paulo, Saraiva, 2008, p. 186.

⁶⁶⁴ *Extinção dos contratos por incumprimento do devedor*. Rio de Janeiro, AIDE, 2004, p. 67.

⁶⁶⁵ *Processo Coletivo: tutela de direitos coletivos e tutela coletiva de direitos*. 7ª ed., São Paulo, Revista dos Tribunais, 2017, p. 71.

continuidade e exigibilidade do contrato em todos os seus termos, salvo decisão em sede de tutela provisória de urgência ou da evidência, sob pena de configuração de mora e/ou inadimplemento contratual e independentemente do motivo da pretensão de revisão.

Nesse sentido, a 2ª Seção do STJ tem o entendimento sumulado (Súmula 380) no sentido de que “*A simples propositura da ação de revisão de contrato não inibe a caracterização da mora do autor*”. Não obstante todos os 7 (sete) julgados que tenham dado origem a tal orientação se refiram a ações revisionais de contratos bancários fundados na tese de abusividade de cláusulas contratuais, a orientação se encaixa também às demais hipóteses de revisão judicial de contratos em sentido lato – compreendendo a revisão por modificação superveniente de circunstâncias e por anulabilidades.

O próprio CPC contém regra específica a esse respeito especialente ao tratar da exigibilidade dos títulos executivos extrajudiciais e em seu art. 784, §1º, estabelece que a propositura de qualquer ação relativa a débito constante de título executivo – entre as quais as revisionais lato senso – não inibe o credor de promover-lhe a execução.

13.3. A importância da motivação em demandas revisionais de contratos

A fundamentação dos julgamentos emitidos pelo Poder Judiciário, como se sabe, é uma garantia processual-constitucional (art. 93, IX, CF) e condição essencial das sentenças e acórdãos (art. 489, II, CPC). Com a nova sistemática processual brasileira *cooperativa*, a fundamentação ganhou requintes de extrema relevância: o §1º do art. 489 do CPC passou a enumerar diversas situações em que as decisões judiciais não serão consideradas como fundamentadas. A fundamentação, portanto, deve ser *adequada* – ou seja, suficiente (abordar todas as questões hábeis a alterar a conclusão do julgado), clara (não obscura), completa (sem omissões sobre pedidos ou questões relevantes ao julgamento), coerente (não contraditória) e pautada por premissas corretas (sem equívocos ou erros materiais).

A motivação clara, suficiente e adequada é essencial para o atingimento dos escopos da jurisdição. Com total acerto, PAULO HENRIQUE DOS SANTOS LUCON⁶⁶⁶ destaca que a motivação tem uma função *extraprocessual* que consiste em tornar possível o controle externo, pela opinião pública e sociedade

⁶⁶⁶ (Motivação das decisões jurídicas: identificação das decisões imotivadas. *Direito Processual Constitucional*, Brasília, Gazeta Jurídica, 2016, pp. 181-182).

em geral, sobre a correção da decisão judicial; e uma função *endoprocessual*, ao persuadir as partes da justiça da decisão, reforçar a autoridade da decisão tomada, desestimular a impugnação da parte sucumbente e, caso haja impugnação, permitir a individuação dos erros de tal decisão.

Nesse contexto, especificamente em ações revisionais de contratos, o enfrentamento, pelas decisões, sentenças e acórdãos, de todos os critérios limitadores do poder revisional do juiz ora propostos deve estar demonstrado de forma adequada (clara, completa, coerente, suficiente e asentada em premissas corretas), sob pena de não se alcançar, ao final, a decisão de mérito justa e efetiva preconizada pelo art. 6º do CPC. A fundamentação adequada é importante, neste tipo de demanda, não apenas por se tratar de garantia processual dos próprios litigantes, mas igualmente em função do interesse público que, muitas vezes, permeia a judicialização de contratos. Especialmente em contratos massificados ou mesmo em contratos não massificados mas cuja cláusula seja de aplicação ampla em segmentos, o mercado está sempre atento à movimentação judicial – mesmo em demandas meramente individuais. Como já se defendeu ao longo deste trabalho, as ações revisionais de contratos são verdadeiros instrumentos, senão de regulação, ao menos de parametrização do comportamento dos agentes econômicos e é exatamente por conta dessa capacidade (e autoridade) de ditar condutas que se justifica o cumprimento, pelo juiz, de uma adequada fundamentação das bases que amparam o julgamento. É a fundamentação que traz clareza ao mercado sobre o enquadramento de suas condutas e sua conformidade aos olhos da justiça.

Significa dizer que o jurisdicionado deve conhecer e compreender não apenas as razões pelas quais o julgador aceitou modificar os termos da contratação originalmente pactuada pelas partes (poder de decisão quanto à hipótese de cabimento da revisão), mas também por qual razão um determinado *quantum* ou *dosagem* na revisão foram adotados em detrimento de outros (poder de decisão quanto à dosagem da revisão). E considerando que o dever de fundamentação não se limita apenas ao julgamento do conflito propriamente dito, também os provimentos judiciais praticados em exercício do poder de direção do processo e dos poderes instrutórios deverão seguir a mesma orientação.

Sabe-se que o volume de processos e a taxa de congestionamento de nossos tribunais são grandes inimigos da realização do dever de fundamentação adequada ou, quando assim não for, da razoável duração do processo. Sem prejuízo das justificativas para tanto, a verdade é que, na prática forense atual,

é possível identificar problemas de fundamentação adequada, especialmente em ações revisionais de contratos massificados.

Em termos de poder de decisão quanto à hipótese de cabimento da revisão judicial, não se pode admitir, à luz do art. 93, IX, CF e do art. 489, §1º do CPC que se julgue procedente ou improcedente uma demanda revisional pois presentes ou ausentes os requisitos legais da imprevisão e porque um determinado fato é ou não extraordinário, ou porque uma cláusula se reputa abusiva à luz do microsistema de proteção ao consumidor ou ainda porque a cláusula penal se mostra excessiva à luz do caso concreto. Como se sabe, a mera reprodução de atos normativos, conceitos jurídicos indeterminados, precedentes, súmulas, entre outros fundamentos, não se prestam a fundamentar um provimento judicial sem que se explique a sua relação com a causa ou com a questão decidida e com as peculiaridades fáticas e jurídicas de cada caso, com sua expressa identificação. Uma forma de se promover essa adequada fundamentação é observar, de forma explícita na decisão, a análise de cada um dos 4 (quatro) critérios limitadores da atuação judicial: a natureza / tipo contratual e suas disposições legais, a vulnerabilidade das partes impactadas pelo contrato, a lógica econômica do contrato em seu mercado e a sua conformidade ao interesse público.

O mesmo deve ocorrer com o exercício do poder decisório a respeito da dosagem da revisão quando confirmado tratar-se de hipótese de cabimento da intervenção judicial. Talvez o mais simbólico exemplo nesse sentido seja a revisão do limite percentual de retenção de valores pagos em compromissos de compra e venda rompidos antecipadamente e que sejam regulados pela legislação consumerista. Em sede de recurso especial repetitivo, nos termos do antigo art. 543-C do CPC/1973, o STJ firmou a tese de que, em contratos submetidos ao CDC (e *cf.* seu art. 53), a restituição de valores pagos pela aquisição de imóvel deve ocorrer de forma imediata na hipótese de rompimento contratual. Apesar de tornar a devolução imediata obrigatória, a tese se limitou a dizer que tal devolução poderia ser *parcial* (e não integral) caso o comprador-consumidor tenha dado causa ao desfazimento do negócio⁶⁶⁷, sem especificar o *quantum* reputado razoável.

O que se vê, quanto ao exercício dessa dosagem no poder decisório em demandas dessa natureza, são inúmeros julgados nos mais diversos sentidos e sem a adequada referência sobre quais as razões que levaram a uma redução maior ou menor da porcentagem de retenção. Em casos de rompimento

⁶⁶⁷ STJ, REsp Repetitivo nº 1.300.418-SC, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, 2ª Seção, j. 13.11.2013.

antecipado de compromissos de compra e venda sujeitos ao CDC com pleito de revisão de cláusula penal (retenção de valores pagos), identificamos diferentes dosagens aplicadas pelo STJ: 50%⁶⁶⁸, 25%⁶⁶⁹, 20%⁶⁷⁰, 15%⁶⁷¹ e 10%⁶⁷² sobre os valores pagos pelos consumidores e alguns casos ainda inadmitem os recursos diante das vedações das Súmulas nn. 5 e 7 do STJ, desde que as multas tenham sido aplicadas no patamar de 10% a 25%⁶⁷³.

Entre tais resultados exemplificativos, raros são os acórdãos que fazem referência ao fundamento que justifica a dosagem revisional indicada. Muitos se fundamentam apenas na premissa de que a orientação do Tribunal havia sido firmada nesse sentido e transcrevem excertos de julgados que, igualmente, não especificam o racional que, de fato, fundamentaria o limite da revisão contratual referendada. Outros fizeram referência genérica apenas à *razoabilidade* como critério de aferição do *quantum*, sem especificar os parâmetros utilizados para essa análise. Em linhas gerais, poucas decisões buscaram demonstrar ao jurisdicionado a racionalidade que deve pautar o julgamento por equidade.

O questionamento quanto aos elementos econômicos que pautariam o exercício desse poder decisório chegou a ser (timidamente) discutido no STJ em julgamento ocorrido em 2002, quando se discutiu que o percentual “*dependerá se houve comprovação dos custos com corretagem, publicidade, ocupação, manutenção, segurança, vigilância etc*”, diferenciando-se tais

⁶⁶⁸ STJ, REsp nº 247.615-RJ, Rel. Min. Ari Pargendler, Rel. p/ Ac. Min. Nancy Andrichi, j. 16.12.2003 e REsp nº 1.067.141-SP, Rel. Min. Nancy Andrichi, 3ª T., j. 16.04.2009.

⁶⁶⁹ Nesse sentido: STJ, REsp nº 907.856-DF, Rel. Min. Sidnei Beneti, 3ª T., j. 19.06.2008; AgInt no REsp nº 1.562.575-SP, Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino, 3ª T., j. 17.10.2017; REsp nº 1.300.418-SC, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, 2ª Seção, j. 13.11.2013, REsp 332.947-MG, Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, j. 24.10.2006.

⁶⁷⁰ Nesse sentido: STJ, AgInt nos ED no AREsp nº 989.906-SP, Rel. Min. Marco Aurélio Belizze, 3ª T., j. 24.10.2017 (reconhecendo como razoável, contudo, a porcentagem de 10% a 20%, com fundamento em precedentes anteriores da Corte Superior).

⁶⁷¹ Nesse sentido: STJ, AgInt no AREsp nº 1.180.352-DF, Rel. Min. Lázaro Guimarães, 4ª T., j. 20.02.2018, REsp nº 330.017-SP, Rel. Min. Nancy Andrichi, 3ª T., j. 13.11.2001.

⁶⁷² Nesse sentido: STJ, AgInt no AREsp nº 1.068.171-DF, Rel. Min. Lázaro Guimarães, 4ª T., j. 05.12.2017; REsp nº 907.856-DF, Rel. Min. Sidnei Beneti, 3ª T., j. 19.06.2008 (neste caso, considerou-se que “*o percentual de 10% sobre esse quantum destoa da orientação jurisprudencial desta Corte, que, em hipóteses análogas, tem determinado a retenção de 25%*”, no entanto, sem prejuízo da apuração, em liquidação, da indenização pela ocupação do imóvel); AgInt no REsp nº 1.688.214, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, 3ª T., j. 06.03.2018 (julgado considerou que a multa penal em 10% “*se mostra razoável, máxime ante a valorização e a possibilidade de renegociação do bem imóvel*”, contudo, sem enfrentar porque a renegociação – que, em princípio, não foi convertida em valor patrimonial, levaria a essa redução nesse patamar); REsp nº 284.157-AL, Rel. Min. Salvo de Figueiredo Teixeira, 4ª T., j. 01.03.2001, entre outros.

⁶⁷³ Nesse sentido: STJ, AgInt no AREsp nº 1.098.957-DF, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, 3ª T., 27.02.2018, AgInt no REsp nº 1.635.794-DF, Rel. Min. Lázaro Guimarães, 4ª T., j. 19.10.2017.

despesas, da própria depreciação do uso do bem (se for o caso)⁶⁷⁴. Aliás, é curioso que dois dos julgados que, excepcionalmente, mais desenvolveram fundamentação quanto aos critérios de fixação do *quantum* revisional (ambos de lavra da Min. Nancy Andrichi), tenham se orientado pela maior porcentagem identificada (50%) – economicamente, a mais "prejudicial" ao consumidor. Nestes casos, foi referendada como dosagem adequada para a revisão de cláusula penal prevista em contrato o patamar de 50% de retenção sobre os valores pagos, considerando-se uma pré-definição contratual estimada e praticada pelo mercado: cerca de 18% do preço com custos e despesas tributários, administrativos, de corretagem, publicidade e promocionais (despesas de comercialização do bem) e 1% do preço total corrigido pelo uso e fruição do imóvel⁶⁷⁵ - tais critérios chegaram a ser também replicados em acórdão que reputou razoável a retenção de 25%⁶⁷⁶.

Por certo, não são decisões pulverizadas, inconstantes e sem fundamentação que promoverão a pacificação jurídica e social a que o processo civil se presta.

Como já defendeu LUÍS ROBERTO BARROSO⁶⁷⁷, se o juiz é *"coparticipante do processo de criação, tem que demonstrar a trajetória intelectual que percorreu e por que aquela solução que produziu é constitucionalmente adequada e convencer o auditório, ao qual a sua decisão se destina, que aquela era a melhor solução"*.

Com total acerto. É justamente esse esclarecimento ao jurisdicionado da trajetória processual e das razões de seu deslinde, dentro da estrutura de um processo dialogal e sem surpresas, que permite a realização do modelo que defendemos de exercício dos poderes-deveres jurisdicionais voltado à *confiança*⁶⁷⁸, promovido dentro da ideia de processo-constitucional e pautado pelo objetivo de criar um ambiente de segurança que favoreça a pacificação, transmita credibilidade e, em último grau, confirme a autoridade da jurisdição como método justo e efetivo de solução de conflitos.

⁶⁷⁴ STJ, Embargos de Divergência em REsp nº 59.870-SP, Rel. Min. Barros Monteiro, 2ª Seção, j. 10.04.2002.

⁶⁷⁵ STJ, REsp nº 247.615-RJ, Rel. Min. Ari Pargendler, Rel. p/ Ac. Min. Nancy Andrichi, j. 16.12.2003 e REsp nº 1.067.141-SP, Rel. Min. Nancy Andrichi, 3ª T., j. 16.04.2009.

⁶⁷⁶ STJ, REsp 332.947-MG, Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, j. 24.10.2006.

⁶⁷⁷ Casos difíceis e a criação judicial do Direito. *Seminário Teoria da Decisão Judicial*, Brasília, Conselho da Justiça Federal, Centro de Estudos Judiciários (Série Cadernos no CEJ, 30), 2014, p. 21.

⁶⁷⁸ Segundo TÉRCIO SAMPAIO FERRAZ JR., a confiança é uma *"forma de criar segurança [em relações éticas] apesar dos riscos"* (Regulamentação privada ou pública da ética: o juiz e o árbitro. *Revista de Arbitragem e Mediação*, vol. 50, jul-set. 2016, pp. 391-404, item 2).

* * *

14. CONCLUSÃO

A tese ora apresentada se propôs a enfrentar pontuais questionamentos sobre a revisão judicial de relações contratuais e a defender a utilização de quatro critérios limitadores do exercício dos poderes-deveres do juiz em demandas dessa natureza.

Quanto ao próprio objeto do tema, assumiu-se a revisão judicial de contratos (em sentido lato) como a modificação (substituição, supressão ou adição) de um dos elementos do conteúdo pactuado pelas partes integrantes de determinada relação contratual por força de provimento jurisdicional do Estado-juiz, no âmbito de uma ação judicial, iniciada mediante provocação das partes contratantes ou demais legitimados. Nesse gênero, se apontou, pelo menos, 3 (três) espécies, classificadas conforme a causa da pretensão revisional: (i) por alteração de circunstâncias (revisão judicial em sentido estrito), (ii) por nulidade e (iii) por anulabilidade.

Concluiu-se que, no Brasil, é admitida a intervenção estatal por meio do agente *juiz* em relações contratuais, permitindo-se a modificação judicial de obrigações pactuadas pelos contratantes em determinadas hipóteses previstas em lei ou por vontade das partes. Segregando-se o exercício dos poderes-deveres do juiz em poderes de decisão, de direção e de instrução (excluindo-se os poderes de execução) e pautando-se pelas diferentes causas da pretensão revisional (alteração de circunstâncias e invalidades), identificou-se que não há, a rigor, um padrão no exercício desses poderes em demandas revisionais e, diante disso, foi apresentada uma sistematização de critérios condutores da atuação jurisdicional.

Para que tal sistematização fosse possível, foram fixados como pontos de partida as constatações de que (i) contrato é o instrumento regulador de relações jurídicas por meio do qual as partes, visando a alguma espécie de bem-estar, pactuam alocação de riscos e responsabilidades, em exercício de sua liberdade e autonomia, mas de acordo com as limitações impostas pela boa-fé e pela função social; (ii) o direito processual é ciência autônoma mas interdependente ao direito material e, como instrumento, deve atuar de acordo com seus escopos, ligados ao direito substancial, (iii) o juiz é legitimado a intervir em relações contratuais – apesar de oscilações históricas quanto ao cabimento e à extensão dessa intervenção –, à luz, hoje, de um sistema tendendo mais à conservação dos negócios jurídicos do que à sua extinção; (iv) nem sempre os critérios para tal modificação de ajustes contratuais pela via judicial são claramente dispostos pelo legislador, cabendo à ciência processual

delimitar o exercício dos poderes do juiz no âmbito de tais ações revisionais, de modo a evitar abusos ou distorções e fazer do processo um veículo efetivo à concretização de direitos de forma segura, adequada e em tempo razoável (enfim, *justa*) e (v) especialmente em ações revisionais de contratos, há campo para a discricionariedade do juiz no exercício de alguns de seus poderes-deveres, o que, de modo algum, se confunde com arbitrariedade – ao contrário, a discricionariedade pressupõe a legalidade e as noções de conveniência e oportunidade típicas do direito administrativo podem ser adaptadas sob o binômio *adequação* (enquadramento à circunstância) e *utilidade* (aptidão ao propósito), para que os escopos processuais sejam perfeitamente atendidos.

Propõe-se, assim, que, em demandas revisionais de contratos em sentido lato, o juiz, no exercício de seus poderes-deveres de decisão e instrução processual – e, em parte, de seus poderes de direção – deverá observar (i) *a natureza da relação contratual e tipo contratual e as disposições legais específicas a eles aplicáveis*; (ii) *a vulnerabilidade dos contratantes envolvidos e dos sujeitos impactados pelos efeitos do contrato*; (iii) *a lógica econômica da contratação debatida em juízo, considerando-se o mercado em que ela insere*; e (iv) *o impacto do contrato ao interesse público*.

Entendeu-se que os pilares da *legalidade*, *vulnerabilidade*, *racionalidade econômica* e *socialidade*, quando conjuntamente observados e praticados em tempo razoável à complexidade da demanda, levarão ao resultado da *decisão de mérito justa e efetiva* (art. 6º, CPC), coerente com os fundamentos do Estado Democrático de Direito e, portanto, do que vislumbramos como processo-constitucional, sempre a serviço de seus escopos jurídico, social e político e que, observados tais critérios limitadores, a revisão judicial de contratos não implica violação à autonomia da vontade, à liberdade contratual e ao princípio do *pacta sunt servanda* – os quais, aliás, nunca foram absolutos.

Tal fórmula – organizada com base em dispositivos já positivados em nosso ordenamento – visa criar um ambiente de segurança que favoreça a pacificação, transmita credibilidade e confirme a autoridade da jurisdição como método de solução de conflitos.

Sem se descurar da prática – que, especialmente no âmbito processual, se mostra primordial à prova da tese científica – buscou-se, ainda, aplicar os critérios propostos em diversas situações que, à luz do direito material e considerando a segregação por espécie de poderes-deveres aplicáveis, ensejam a revisão judicial de contratos e, com isso, demonstrar a viabilidade (e, mais ainda, a necessidade) da proposição. O trabalho, com este propósito, buscou explorar a aplicação dos quatro critérios limitadores propostos tanto aos

poderes de decisão (seja quanto à hipótese de cabimento, seja quanto à dosagem da revisão) nas situações de direito material mais usuais, como a hipótese de imprevisão, de aplicação da teoria da base objetiva, de cláusula de *hardship*, de lesão e de abusividades contratuais, como aos poderes de instrução, que também guardam íntima relação com o deslinde material da controvérsia. Em relação ao exercício dos poderes de direção do processo, concluiu-se que os critérios limitadores propostos pela tese não se aplicam quando estamos diante de poderes de direção estritamente formais, relacionados à verificação dos pressupostos de desenvolvimento válido e regular do processo, mas podem ser de extrema utilidade para conduzir os poderes de direção materiais, relacionados à adequação da marca processual às peculiaridades da demanda.

Ao final, apesar do enfoque processual trilhado, a tese ora proposta chega à mesma conclusão manifestada por BAUMAN na citação que inaugura o trabalho: a pacificação social está intimamente relacionada à confiança naqueles que exercem o poder. Os critérios ora apresentados servem justamente a esse propósito na medida em que propõem que o Poder Judiciário, por meio do juiz cooperativo e no âmbito do exercício de seus poderes-deveres na intervenção em relações contratuais, ofereça a mais efetiva, segura e justa tutela jurisdicional de modo a estimular essa *confiança* pacificadora.

* * *

15. BIBLIOGRAFIA

ABREU, Rafael Sirangelo de. A igualdade e os Negócios Processuais, *Coleção Grandes temas do Novo CPC: Negócios Processuais*, (Coord. Fredie Didier Jr.), vol.1, 2ª ed., Salvador, Jus Podivm, 2016, pp.281-302.

AGUIAR JUNIOR, Ruy Rosado de. *Comentários ao Novo Código Civil: Da extinção do Contrato (arts.472 a 480)*, vol.VI, Tomo II, Sálvio de Figueiredo Teixeira (Coord.), Rio de Janeiro, Forense, 2011.

_____. *Extinção dos contratos por incumprimento do devedor*. Rio de Janeiro, AIDE, 2004.

_____. O princípio da igualdade e o direito das obrigações. *O direito e o tempo: embates jurídicos e utopias contemporâneas – Estudos em homenagem ao Professor Ricardo Pereira Lira*. Gustavo Tepedino e Luiz Edson Fachin (Coords.), Rio de Janeiro, Renovar, 2008, pp. 531-563.

ALEXANDER, Gregory S. The limits of freedom of contracts in the age of laissez-faire constitutionalism. *The Fall and Rise of Freedom of Contract* (Coord. F. H. Buckley), Durham / London, Duke University Press, 1999, pp.103-118.

ALVES, Francisco Glauber Pessoa; ASSIS, Araken; ANDRADE, Ronaldo Alves de. *Comentários ao Código Civil Brasileiro: Do Direito das Obrigações (Arts.421 a 578)*, Vol.V, Arruda Alvim e Thereza Alvim (Coords.), Rio de Janeiro, Forense, 2007.

ALVES, José Carlos Moreira. O Direito Romano e o Direito Civil Brasileiro. *O direito e o tempo: embates jurídicos e utopias contemporâneas – Estudos em homenagem ao Professor Ricardo Pereira Lira*. Gustavo Tepedino e Luiz Edson Fachin (Coords.), Rio de Janeiro, Renovar, 2008, pp. 143-154.

ANDRADE, Ronaldo Alves de; ASSIS, Araken; ALVES, Francisco Glauber Pessoa. *Comentários ao Código Civil Brasileiro: Do Direito das Obrigações (Arts.421 a 578)*, Vol.V, Arruda Alvim e Thereza Alvim (Coords.), Rio de Janeiro, Forense, 2007.

ANDRIGHI, Nancy. *Comentários ao Novo Código Civil: das várias espécies de Contratos, do empréstimo, da prestação de serviço, da empreitada, do depósito*, Vol. IX; Nancy Andrichi, Sidnei Beneti, Vera Andrichi (Coord. Sálvio de Figueiredo Teixeira), Rio de Janeiro, Forense, 2008.

AMENDOEIRA JUNIOR, Sidnei. *Poderes do juiz e tutela jurisdicional: a utilização racional dos poderes do juiz como forma de obtenção da tutela jurisdicional efetiva, justa e tempestiva*, São Paulo, Atlas, 2006.

APRIGLIANO, Ricardo de Carvalho. *Ordem Pública e Processo: o tratamento das questões de ordem pública no direito processual civil*, São Paulo, Atlas, 2011.

ARAÚJO, Fernando. *Teoria Económica do Contrato*, Coimbra, Almedina, 2007.

ARAÚJO, Justino Magno. *Do poder interventivo do juiz nas relações contratuais*, São Paulo, Letras Jurídicas, 2016.

_____. Os Poderes do juiz no processo Civil Moderno (Visão Crítica). *Revista de Processo*, vol.32, outubro-dezembro 1983, pp.94-106.

ASSIS, Araken; ANDRADE, Ronaldo Alves de; ALVES, Francisco Glauber Pessoa. *Comentários ao Código Civil Brasileiro: Do Direito das Obrigações (Arts.421 a 578)*, Vol.V, Arruda Alvim e Thereza Alvim (Coords.), Rio de Janeiro, Forense, 2007.

ATAÍDE JUNIOR, Jaldemiro Rodrigues de. Negócios Jurídicos materiais e processuais – existência, validade e eficácia – campo invariável e campos dependentes: sobre os limites dos negócios jurídicos processuais. *Revista de Processo*, vol. 244/2015, pp.393-423, junho-2015.

AZEVEDO, Álvaro Villaça. O novo Código Civil Brasileiro: tramitação; função social do contrato; boa-fé objetiva; teoria da imprevisão e, em especial, onerosidade excessiva (*laesio enormis*). *O direito e o tempo: embates jurídicos e utopias contemporâneas – Estudos em homenagem ao Professor Ricardo Pereira Lira*. Gustavo Tepedino e Luiz Edson Fachin (Coords.), Rio de Janeiro, Renovar, 2008, pp. 11-35.

AZEVEDO, Antônio Junqueira de. *Negócio Jurídico: existência, validade e eficácia*, São Paulo, Saraiva, 2002.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Discricionariedade e controle jurisdicional*, 2ª ed., 8ª tiragem, São Paulo, Malheiros, 2007.

BAPTISTA, Luiz Olavo. Contratos de Engenharia e Construção. *Construção Civil e Direito*, São Paulo, Lex Magister, 2011.

BAROCELLI, Sérgio Sebastián. Towards the construction of ‘hypervulnerable consumers’ category. *Revista de Direito do Consumidor*, vol. 113-2017, setembro-outubro 2017.

BARROSO, Luís Roberto. Casos difíceis e a criação judicial do Direito. *Seminário Teoria da Decisão Judicial*, Brasília, Conselho da Justiça Federal, Centro de Estudos Judiciários (Série Cadernos no CEJ, 30), 2014, pp. 15-27.

BAUR, Fritz. O papel ativo do juiz. *Revista de Processo*, vol.27, julho-setembro 1982, pp.186-199.

BECK, Andrew. Contract. *New Zealand Law Review*, 2010, disponível em Hein Online, pp. 215-227.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. *Direito e Processo: influência do direito material sobre o processo*, 6ª ed., São Paulo, Malheiros, 2011.

_____. *Efetividade do Processo e Técnica Processual*, 2ª Ed., São Paulo, Malheiros, 2007.

_____. *Poderes Instrutórios do Juiz*, 4ª Ed., São Paulo, Revista dos Tribunais, 2009.

BENEDUZI, Renato Resende. *Comentários ao Código de Processo Civil: artigos 70 ao 187*, Coleção Comentários ao Código de Processo Civil, v. 2, Coord. Luiz Guilherme Marinoni et al., São Paulo, Revista dos Tribunais, 2016.

BENEMOND, Fernanda Henneberg. *Contratos Built to Suit*, Coimbra, Almedina, 2013.

BERIZONCE, Roberto Omar. El exceso en el ejercicio del poder jurisdiccional. *Studi di Diritto Processuale Civile in onore di Giuseppe Tarzia*, Tomo I, Milão, Giuffrè, 2005, pp. 03-18.

_____. Recientes Tendencias en la posición del juez. *Revista de Processo*, vol.96, outubro-dezembro 1999, pp.125-149.

BERTRAN, Maria Paula Costa. *Análise econômica como critério orientador de decisão judicial, aplicações e limites, estudo a partir do caso de revisão dos contratos de arrendamento mercantil com paridade cambial*, Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo – Faculdade de Direito, São Paulo, 2006.

BESSONE, Darcy. *Do contrato: teoria geral*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

BETTI, Emilio. *Teoria Generale delle Obbligazioni*, Milão, 1953 / *Teoria Geral do Negócio Jurídico*, Campinas, Servanda, 2008.

BIERWAGEN, Mônica Yoshizato. *Princípios e regras de interpretação dos contratos no novo Código Civil*, 2ª ed., São Paulo, Saraiva, 2003.

BITTAR FILHO, Carlos Alberto. Teoria da imprevisão: sentido atual. *Revista dos Tribunais*, São Paulo, v. 679, ano 81, pp. 18-29, mar. 1992.

BONDIOLI, Luiz Guilherme Aidar. A tutela do réu nas ações locatícias de imóvel urbano. *Processo Imobiliário: questões atuais e polêmicas sobre os principais procedimentos judiciais e extrajudiciais referentes a bens imóveis*, Coord. Fabiano Carvalho; Rodrigo Barioni, São Paulo, Forense, 2011.

BORGES, Nelson. *A Teoria da Imprevisão no Direito Civil e no Processo Civil (com referências ao Código Civil de 1916 e ao novo Código Civil)*. São Paulo, Malheiros, 2002.

Brasil. Câmara dos Deputados. Relatório Geral do Rel. Deputado Paulo Teixeira referente aos Projetos de Lei n.6.025/2005 e 8.046/2010, disponível em <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/54a-legislatura/8046-10-codigo-de-processo-civil/proposicao/pareceres-e-relatorios/parecer-do-relator-geral-paulo-teixeira-08-05-2013>, acesso em 02.06.2016.

BRUNA, Sérgio Varella. *Agências Reguladoras: poder normativo, consulta pública, revisão judicial*, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2003.

_____. Procedimentos normativos e controle da regulação econômica no Brasil. *Regulação e Desenvolvimento*. Coord. Calixto Salomão Filho, São Paulo, Malheiros, 2002, pp. 231-262.

BRUNNER, Christoph. Chapter 5: Hardship (Change of Circumstances): Fundamental Change of the Equilibrium of the Contract, Section 13: Legal Effects of Hardship. *Force Majeure and Hardship under General Contract Principles: Exemption for Non-performance in International Arbitration*, International Arbitration Law Library, volume 18, Kluwer Law International, 2008, pp.479-512.

BUENO, Cássio Scarpinella. Processo civil de interesse público: uma proposta de sistematização. *Processo civil e interesse público: o processo como instrumento de defesa social*. Coord. Carlos Alberto de Salles. São Paulo, Revista dos Tribunais, 2003, pp. 23-37.

CABRAL, Antonio do Passo. *Convenções Processuais: entre publicismo e privatismo*. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (Tese), São Paulo, 2015.

CADIET, Loïc. Los acuerdos procesales en derecho francés: situación actual de la contractualización del proceso y de la justicia en Francia, *Civil Procedure Review*, v.3, n.3: 3-35, agosto-dezembro, 2012.

CALABRESI, Guido. Some Thoughts on Risk Distributions and the Law of Torts. *The Yale Law Journal – Faculty Scholarship Series*, volume 70, Março-1961, n. 4, pp. 499-553.

CALAMANDREI, Piero. Il Processo come Giuoco. *Rivista di Diritto Processuale*, volume V, parte I, Padova, CEDAM, 1950.

CAMBI, Eduardo. *Neoconstitucionalismo e neoprocessualismo: direitos fundamentais, políticas públicas e protagonismo judiciário*. São Paulo, Revista dos Tribunais, 2009.

CAPPELLETTI, Mauro. *Acesso à justiça*. Tradução de Ellen Gracie Northfleet, Porto Alegre, Sergio Antonio Fabris Editor, 1988.

_____. *Juizes Legisladores?* Traduzido por Carlos Alberto Alvaro de Oliveira, Porto Alegre, Sergio Antonio Fabris Editor, 1993.

_____. *Processo, Ideologias e Sociedade*, Trad. Hermes Zaneti Jr., vol. II, Porto Alegre, Sergio Antonio Fabris Editor, 2010.

CARMONA, Carlos Alberto. Apresentação à obra de SWARAI CERVONE DE OLIVEIRA. *Poderes do juiz nas ações coletivas*, São Paulo, Atlas, 2009, pp. ix-x.

CARVALHO, Fabiano. Capítulo I – Dos Poderes, dos Deveres e da Responsabilidade do Juiz: arts. 139 a 143. *Código de Processo Civil Anotado*. Coords. José Rogério Cruz e Tucci et all. LMJ Mundo Jurídico, Rio de Janeiro, 2016.

CARVALHO, Juliane Erthal de. *Empreitada por Preço Global: a uniformização de entendimento do TCU*. Informativo Justen, Pereira, Oliveira e Talamini Advogados, Curitiba, nº 79, setembro-2013, disponível em <http://www.justen.com.br//informativo.php?&informativo=79&artigo=1086&l=pt>, acesso em 30.11.2015.

CASSETTARI, Christiano. *Multa Contratual: teoria e prática*, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2009.

CASTRO, Daniel Penteado de. *Contribuições ao estudo dos poderes instrutórios do juiz no processo civil: fundamentos, interpretação e dinâmica*. Universidade de São Paulo – Faculdade de Direito (Mestrado), São Paulo, 2010.

CINTRA, Antônio Carlos de Araújo; DINAMARCO, Cândido Rangel; GRINOVER, Ada Pellegrini. *Teoria geral do processo*. 19ª ed., São Paulo, Malheiros, 2003.

CIPRIANI, Franco. *Ideologie e Modelli del Processo Civile*. Napoli, Saggi Collana, Edizioni Scientifiche Italiane, 2001.

CLARK, Giovani; COSTA, Wander Henrique de Almeida. A Propriedade Privada dos Bens de Produção e a Regulação. *Intervenção do Estado e Autonomia Privada: integração e sistematização*. Org. Antonio Carlos Diniz Murta. Belo Horizonte, Arraes Editores, 2013, pp. 213-226.

COELHO, Fábio Ulhoa. *Curso de Direito Civil*, 2ª ed., São Paulo, Saraiva, 2007.

COMOGLIO, Luigi Paolo. Discrezionalità ed imparzialità del giudice civile nell'ottica del 'giusto processo'. *Studi di Diritto Processuale Civile in onore di Giuseppe Tarzia*, Tomo I, Milão, Giuffrè, 2005, pp. 347-400.

CORRÊA, Fábio Peixinho Gomes. *Governança Judicial*, São Paulo, Quartier Latin, 2012.

COSTA, Sérgio. *Le sentenze civili com la clausola rebus sic stantibus*. Siena, Circolo Giuridico della R. Università, 1930.

COSTA, Susana Henriques. O controle judicial da representatividade adequada: uma análise dos sistemas norte-americano e brasileiro. *As Grandes Transformações do Processo Civil Brasileiro – Homenagem ao Professor Kazuo Watanabe*. Carlos Alberto de Salles (Coord.), São Paulo, Quartier Latin, 2009, pp. 953-978.

COSTA, Wander Henrique de Almeida; CLARK, Giovani. A Propriedade Privada dos Bens de Produção e a Regulação. *Intervenção do Estado e Autonomia Privada: integração e sistematização*. Org. Antonio Carlos Diniz Murta. Belo Horizonte, Arraes Editores, 2013, pp. 213-226.

COSTA NETO, José Wellington Bezerra da. Criatividade judicial do direito, *VLEX*, Id. Lex VLEX-678895549, disponível em: <http://vlex.com/vid/criatividade-judicial-do-direito-678895549>, pp. 31-179.

CUNHA, Wladimir Alcibíades Marinho Falcão. *Revisão judicial dos Contratos: do Código de defesa do Consumidor ao Código Civil de 2002*, São Paulo, Método, 2007.

CRAMER, Ronaldo. Conceitos jurídicos indeterminados e discricionariedade judicial no processo civil. *Os Poderes do Juiz e o Controle das Decisões Judiciais: estudos em homenagem à Professora Teresa Arruda Alvim Wambier*, Coord. José Miguel Garcia Medina et al., São Paulo, Revista dos Tribunais, 2008, pp. 107-114.

CRISTINA, Susana Luísa Lopes. *O Poder do juiz adequar o processo: o princípio da adequação formal e os poderes do juiz*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2013.

DAHINTEN, Augusto Franke; DAHINTEN, Bernardo Franke. O princípio da função social e o contrato de seguro: algumas implicações práticas à luz da jurisprudência. *Revista de Direito Civil Contemporâneo*, vol. 9, pp.141-158, outubro-dezembro 2016.

DAHINTEN, Bernardo Franke; DAHINTEN, Augusto Franke. O princípio da função social e o contrato de seguro: algumas implicações práticas à luz da jurisprudência. *Revista de Direito Civil Contemporâneo*, vol. 9, pp.141-158, outubro-dezembro 2016.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *O poder dos juízes*, São Paulo, Saraiva, 1996.

DAWSON, John P. Judicial Revision of Frustrated Contracts: Germany. *Boston University Law Review*, vol. 63, n. 5, novembro-1983, disponível em Hein Online, pp. 1039-1098.

DELGADO, José Augusto. Poderes, Deveres e Responsabilidades do Juiz. *Revista Forense*, Brasília, DF, v.84, nº 301, p. 335-346, jan./mar. de 1988. Disponível em: <http://bdjur.stj.jus.br//dspace/handle/2011/9390>, acesso em 25.01.2018.

DEZALAY, Ives; e TRUBEK, David M. A Reestruturação Global e o Direito. *Direito e Globalização Econômica: implicações e perspectivas*. Org. José Eduardo Faria. São Paulo, Malheiros, 2015, pp. 29-80.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*, 17ª ed., São Paulo, Atlas, 2004.

_____. Discricionariedade Administrativa e Controle Judicial da Administração. *Processo civil e interesse público: o processo como instrumento de defesa social*. Coord. Carlos Alberto de Salles. São Paulo, Revista dos Tribunais, 2003, pp. 181-190.

DIAS, Lucia Ancona Lopez de Magalhães. Onerosidade Excessiva e Revisão Contratual no Direito Privado Brasileiro. *Fundamentos e Princípios dos Contratos Empresariais – Série GVLaw*. Wanderley Fernandes (Coord.), São Paulo, Saraiva, 2007, pp. 323-389.

DIDIER JR., Fredie. *Curso de direito processual civil: introdução ao direito processual civil, parte geral e processo de conhecimento*, 17ª ed., Salvador, Jus Podivm, 2015.

_____. Os três modelos de direito processual: inquisitivo, dispositivo e cooperativo. *Revista de Processo*, vol.198, agosto-2011, p.213.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *A Instrumentalidade do Processo*, 14ª Ed., São Paulo, Malheiros, 2009.

_____. *Instituições de Direito Processual Civil*, vol. I, 8ª ed., São Paulo, Malheiros, 2016.

_____. *Instituições de Direito Processual Civil*, vol. II, 6ª ed., São Paulo, Malheiros, 2009.

_____. *Instituições de Direito Processual Civil*, vol. III, 7ª ed., São Paulo, Malheiros, 2017.

_____. *Vocabulário do Processo Civil*, São Paulo, Malheiros, 2009.

_____; GRINOVER, Ada Pellegrini; CINTRA, Antônio Carlos de Araújo. *Teoria geral do processo*. 19ª ed., São Paulo, Malheiros, 2003.

_____; e LOPES, Bruno Vasconcelos Carrilho. *Teoria Geral do Novo Processo Civil*, São Paulo, Malheiros, 2016.

DINIZ, Maria Helena. *Curso de direito Civil Brasileiro*, 3º vol., 18ª ed., São Paulo, Saraiva, 2003.

DONNINI, Rogério Ferraz. Contratos Empresariais e a Cláusulas Rebus Sic Stantibus, *Direito Processual Empresarial: estudos em homenagem ao professor Manoel de Queiroz Pereira Calças* (Coords. Gilberto Bruschi et. al.), Rio de Janeiro, Elsevier, 2012, pp.801-813.

DOUDKO, Alexei G. Hardship in Contract: the approach of the UNIDROIT Principles and Legal Developments in Russia, *Uniform Law Review*, agosto-2000, volume 5, issue n. 3, disponível em Hein Online, pp. 485-509.

DWORKIN, Ronald. *Levando os direitos a sério*. Tradução Nelson Boeira, São Paulo, Martins Fontes, 2002.

DURBAS, Maciej; e KOS, Rafal. *The arbitrator's (perceived) power to revise a contract vs the power of the public policy clause*, 2014, disponibilizado em <https://www.kkg.pl/publikacje/>, acesso em 20.10.2017.

DUKE, Bruna Lyra. A Revisão dos Contratos e a Teoria da Imprevisão: uma releitura do direito contratual à luz do princípio da socialidade. *Revista*

Portuguesa de Direito do Consumo - RPDC, n. 51, setembro-2007, pp. 151-166.

ELIAS, Carlos Eduardo Stefen. O árbitro é (mesmo) juiz de fato e de direito? Análise dos poderes do árbitro vis-à-vis os poderes do juiz no novo Código de Processo Civil brasileiro. *Revista de Arbitragem e Mediação*, vol. 54, julho-setembro 2017, pp. 79-122.

ENTERRÍA, Eduardo García de. *Democracia, Jueces y Control de la Administración*, 5ª ed., Navarra (Espanha), Thomson Civitas, 2000.

EPSTEIN, Lee; LANDES, William M.; e POSNER, Richard A.. *The Behavior of Federal Judges: a theoretical & empirical study of rational choice*, Cambridge – Massachusetts; London – England, Harvard University Press, 2013.

FARIA, José Eduardo. Introdução. *Direito e Globalização Econômica: implicações e perspectivas*. São Paulo, Malheiros, 2015.

_____. Democracia e Governabilidade: os direitos humanos à luz da globalização econômica. *Direito e Globalização Econômica: implicações e perspectivas*. Org. José Eduardo Faria. São Paulo, Malheiros, pp. 127-160.

_____. *Poder e legitimidade: uma introdução à política do direito*. São Paulo, Perspectiva, 1978.

FARUQUE, Abdullah al. Possible Role of Arbitration in the Adaptation of Petroleum Contracts by Third Parties, *Asian International Arbitration Journal*, volume 2, number 2, 2006, pp.151-162.

FAVIER, Yann. A inalcançável definição de vulnerabilidade aplicada ao direito: abordagem francesa. *Revista de Direito do Consumidor*, vol. 85-2013, pp. 15-23, janeiro-fevereiro 2013. Traduzido por Vinicius Aquini e Káren Rick Danilevicz Bertoncello.

FELITTE, Beatriz Valente. *Flexibilização da Forma dos Atos Processuais das Partes no Processo Civil Brasileiro*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

_____. Atuação do juiz brasileiro na intervenção em políticas públicas: o controle jurisdicional na ordem econômica e financeira. *Revista de Processo*, ano 42, v. 264, fevereiro 2017, p. 343-344.

FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio. Fundamentos e limites constitucionais da intervenção do Estado no domínio econômico. *Revista de Direito Público RDP* 47-48/261 jul.-dez./1978. Republicado em *Doutrinas Essenciais de Direito Constitucional*. Vol. 6, maio 2011, pp. 785-802.

_____. O Judiciário frente à divisão dos poderes: um princípio em decadência, *Revista USP*, n.21, março/abril/maio-1994, disponível em <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/26931>, acesso em 20.05.2015.

_____. Regulamentação privada ou pública da ética: o juiz e o árbitro. *Revista de Arbitragem e Mediação*, vol. 50, jul-set. 2016, pp.391-404, item 2.

_____. Sanções por infração à ordem econômica na lei concorrencial. *Tratado de Direito Comercial: estabelecimento empresarial, propriedade industrial e direito da concorrência*, vol. 6, Fábio Ulhoa Coelho (Coord.), São Paulo, Saraiva, 2015, pp. 404-428.

FERREIRA, William Santos. Das Provas. In: *Breves Comentários ao Novo Código de Processo Civil*. TERESA ARRUDA ALVIM et. al. (Coords.), São Paulo, Revista dos Tribunais, 2015.

FIGUEIREDO, Alcio Manoel de Sousa. Cláusula Rebus sic Stantibus: teoria da imprevisão, *Revista dos Tribunais*, vol. 845, p. 725-750, março-2006.

FIGUEIREDO, Deborah Cavalcanti. *O equilíbrio entre a ampliação dos poderes instrutórios do juiz para a busca da verdade no processo civil moderno e as regras de distribuição do ônus probatório*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2014.

FISS, Owen. *Um novo processo civil: estudos norte-americanos sobre jurisdição, constituição e sociedade*, Carlos Alberto de Salles (Coord.), Trad. Daniel Porto Godinho da Silva e Melina de Medeiros Rós, São Paulo, RT, 2004.

FONSECA, Arnaldo Medeiros da. *Caso fortuito e teoria da imprevisão*. 2. ed., Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1943.

FONSECA, João Francisco Naves da. *Comentários ao Código de Processo Civil – volume IX (arts. 485-508)*. Coord. José Roberto Ferreira Gouvêa et al., São paulo, Saraiva, 2017.

FORGIONI, Paula Andrea. Interpretação dos Negócios Empresariais. *Fundamentos e Princípios dos Contratos Empresariais – Série GVLaw*. Wanderley Fernandes (Coord.), São Paulo, Saraiva, 2007, pp. 77-155.

_____; e GRAU, Eros Roberto. *O Estado, a empresa e o contrato*. São Paulo, Malheiros, 2005.

_____. *Teoria Geral dos Contratos Empresariais*, 2ª ed., São Paulo, Revista dos Tribunais, 2010.

FRANTZ, Laura Coradini. Excessiva onerosidade superveniente: uma análise dos julgados do STJ. *Modelos de Direito Privado*. Org. Judith Martins-Costa, São Paulo, Marcial Pons, 2014, pp. 215-248.

FUX, Luiz. Law and development: the role of the judiciary in Brazil. *Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais*, vol. 77, julho-setembro 2017, pp. 15-21.

GAJARDONI, Fernando da Fonseca. *Flexibilização Procedimental: um novo enfoque para o estudo do procedimento em matéria processual*, São Paulo, Atlas, 2008.

GAL, Michal S. Harmful remedies: optimal reformation of anticompetitive contracts. *Cardozo Law Review*, volume 22, 2000, disponível em Hein Online, pp. 91-132.

GARCIA, Izner Hanna. *Lesão nos contratos e ação de revisão: doutrina e jurisprudência*. Rio de Janeiro, AIDE, 2004.

GIL, Fábio. *A Onerosidade Excessiva em Contratos de Engineering*. Tese – Orient. Prof. Dra. Rachel Sztajn. Universidade de São Paulo, Faculdade de Direito, São Paulo, 2007.

GLITZ, Frederico Eduardo Zenedin. *Contrato e sua conservação: Lesão e Cláusula de Hardship*, Curitiba, Juruá, 2008.

GOMES, Daniel Cardoso. *Contratos Built to Suit: novas perspectivas em face da Lei n. 12.744/2012*, Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2016.

GOMES, Julio; e MONTEIRO, Antonio Pinto. Rebus sic stantibus – hardship clauses in Portuguese Law. *European Review of Private Law*, n. 3, 1998, Kluwer International, Holanda, pp. 319-332.

GOMES, Orlando. *Contratos*, 26ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 2008.

_____. *Raízes históricas e sociológicas do Código Civil brasileiro*, São Paulo, Martins Fontes, 2006.

GOMES, Sérgio Alves. *Os poderes do juiz na direção e instrução do processo civil*, Rio de Janeiro, Forense, 1997.

GOMIDE, Alexandre Junqueira. *Contratos built to suit: aspectos controvertidos decorrentes de uma nova modalidade contratual*, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2017.

GOUVEIA, Alfredo José Rodrigues Rocha de. Da Teoria da Imprevisão nos Contratos Cíveis. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, Suplemento V, Lisboa, 1958, pp. 179-202.

GOYOS JÚNIOR, Durval de Noronha. *Dicionário jurídico Noronha: inglês-português, português-inglês*, 6ª ed., São Paulo, Observador Legal, 2006.

GRAU, Eros Roberto. *Ensaio e discurso sobre a interpretação/aplicação do direito*, 4ª ed., São Paulo, Malheiros, 2006.

_____; e FORGIONI, Paula Andrea. *O Estado, a empresa e o contrato*. São Paulo, Malheiros, 2005.

_____. Nota sobre a Distinção entre Obrigação, Dever e Ônus. *Revista da Faculdade de Direito*, Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 77, janeiro-1982, pp. 177-183.

GRECO, Leonardo. Os Atos de Disposição Processual – Primeiras Reflexões. *Os Poderes do Juiz e o Controle das Decisões Judiciais: estudos em homenagem à Professora Teresa Arruda Alvim Wambier*, Coord. José Miguel Garcia Medina et al., São Paulo, Revista dos Tribunais, 2008, pp. 290-304.

GREGER, Reinhard; e KOCHER, Ronaldo. Cooperação como Princípio Processual, *Revista de Processo*, vol.206, abril-2012, p.123.

GRINOVER, Ada Pellegrini. *Ensaio sobre a processualidade: fundamentos para uma nova teoria geral do processo*, Brasília, Gazeta Jurídica, 2016.

_____. Notas à obra de Enrico Tullio Liebman. *Eficácia e Autoridade da Sentença e outros escritos sobre a coisa julgada*. 4ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 2006.

_____. O controle de políticas públicas pelo Poder Judiciário, In: SALLES, Carlos Alberto de (Coord.). *As grandes transformações do processo civil brasileiro: homenagem ao professor Kazuo Watanabe*. São Paulo, Quartier Latin, 2009.

_____; CINTRA, Antônio Carlos de Araújo; DINAMARCO, Cândido Rangel. *Teoria geral do processo*, 19ª ed., São Paulo, Malheiros, 2003.

HART, Herbert Lionel Adolphus. *The Concept of Law*. 3ª ed., United Kingdom, Oxford University Press, 2012.

HAZARD JR., Geoffrey C. e TARUFFO, Michele. *La Justicia Civil en los Estados Unidos*, Navarra, Thomson Aranzadi, 2006.

HOMEM, Antonio Pedro Barbas. O perfil do juiz na tradição ocidental: Portugal. *Seminário Internacional: O Perfil do Juiz na Tradição Ocidental*, Lisboa, Almedina, 2007, pp. 53-70.

HORN, Norbert. Adaptation and Modification of Contracts in view of a change of circumstances, *Tel Aviv University Studies in Law*, nº 11, 1992, disponível em Hein Online, pp. 137-150.

HOUAISS, Antonio; e VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2001.

HUJO, Philip. *Force majeure et Imprévision: une analyse comparatiste entre le droit français, le droit anglais e le droit allemand*, disponível em <http://www.grin.com/fr/e-book/85222/force-majeure-et-imprevision>, acesso em 20.06.2015.

JUSTO, António dos Santos. A administração da justiça no direito romano. *Seminário Internacional: O Perfil do Juiz na Tradição Ocidental*, Lisboa, Almedina, 2007, pp. 71-93.

KOCHER, Ronaldo; e GREGER, Reinhard. Cooperação como Princípio Processual, *Revista de Processo*, vol. 206, abril-2012, p. 123.

KHOURI, Paulo Roberto Roque Antonio. *A revisão judicial dos contratos no novo código civil, código de consumidor e Lei 8.666/93: a onerosidade excessiva superveniente*. São Paulo, Atlas, 2006.

KOMATSU, Roque. Notas em torno dos deveres processuais dos juízes. *As Grandes Transformações do Processo Civil Brasileiro – Homenagem ao*

Professor Kazuo Watanabe. Carlos Alberto de Salles (Coord.), São Paulo, Quartier Latin, 2009, pp. 687-731.

KOS, Rafal; e DURBAS, Maciej. *The arbitrator's (perceived) power to revise a contract vs the power of the public policy clause*, 2014, disponibilizado em <https://www.kkg.pl/publikacje/>, acesso em 20.10.2017.

LACERDA, Galeno. O Código como Sistema Legal de Adequação do Processo. *Meios de impugnação ao julgado civil: estudos em homenagem a José Carlos Barbosa Moreira*. Adroaldo Fabrício et al. (Coords.), Rio de Janeiro, Forense, 2008, pp. 251-258.

LANDES, William M.; EPSTEIN, Lee; e POSNER, Richard A.. *The Behavior of Federal Judges: a theoretical & empirical study of rational choice*, Cambridge – Massachusetts; London – England, Harvard University Press, 2013.

LASPRO, Oreste Nestor de Souza. *A responsabilidade civil do juiz*. São Paulo, Revista dos Tribunais, 2000.

LEÃES, Luiz Gastão Paes de Barros. A onerosidade excessiva no Código Civil. *Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais*, São Paulo, n. 31, p. 12-24, jan./mar. 2006.

LIEBMAN, Enrico Tullio. Eficácia e Autoridade da Sentença e outros escritos sobre a coisa julgada. 4ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 2006.

LIMA, Marcelo Chiavassa de Mello Paula. Seção III – Do aluguel. *Lei do Inquilinato comentada artigo por artigo: visão atual na doutrina e jurisprudência*. Org. Luiz Antonio Scavone Junior et. al., Rio de Janeiro, Forense, 2017.

LIRA, José Ricardo Pereira. A onerosidade excessiva no Código Civil e a impossibilidade de ‘modificação judicial dos contratos comutativos sem anuência do credor’. *O direito e o tempo: embates jurídicos e utopias contemporâneas – Estudos em homenagem ao Professor Ricardo Pereira Lira*. Gustavo Tepedino e Luiz Edson Fachin (Coords.), Rio de Janeiro, Renovar, 2008, pp. 425-455.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. *Teoria geral das obrigações*. São Paulo, Saraiva, 2005.

LOPES, Bruno Vasconcelos Carrilho; e DINAMARCO, Cândido Rangel. *Teoria Geral do Novo Processo Civil*, São Paulo, Malheiros, 2016.

LOPES, Maria Elizabeth de Castro. Anotações sobre a Discrecionariade Judicial. *Os Poderes do Juiz e o Controle das Decisões Judiciais: estudos em homenagem à Professora Teresa Arruda Alvim Wambier*, Coord. José Miguel Garcia Medina et al., São Paulo, Revista dos Tribunais, 2008, pp. 94-98.

LOPEZ, Teresa Ancona. Princípios Contratuais. *Fundamentos e Princípios dos Contratos Empresariais – Série GVLaw*. Wanderley Fernandes (Coord.), São Paulo, Saraiva, 2007, pp. 03-74.

LUCON, Paulo Henrique dos Santos. Motivação das decisões jurídicas: identificação das decisões imotivadas. *Direito Processual Constitucional*, Brasília, Gazeta Jurídica, 2016, pp. 177-196.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. *A resolução dos conflitos e a função judicial no contemporâneo Estado de Direito*. Tese de concurso público para provimento de cargo de Professor Titular. Faculdade de Direito – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MARCATO, Antonio Carlos. *Procedimentos Especiais*, 12ª ed., São Paulo, Atlas, 2006.

_____. Breves considerações sobre a revisão do aluguel. *Revista Jus Navigandi*, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 7, n. 57, Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/3020>, publicado em julho-2002.

MARQUES, Claudia Lima. *Comentários ao Código de Defesa do Consumidor*. 5ª ed., São Paulo, Revista dos Tribunais, 2016.

MARQUES, Floriano Azevedo. Discricionariedade administrativa e controle judicial da administração. *Processo civil e interesse público: o processo como instrumento de defesa social*. Coord. Carlos Alberto de Salles. São Paulo, Revista dos Tribunais, 2003, pp. 191-198.

MARTINEZ, Pedro Nuno Tavares Romano e Soares. *Cumprimento Defeituoso em especial na compra e venda e na empreitada*, Coimbra, Almedina, 2015.

_____. *Direito das Obrigações*, Lisboa, AAFDL, 2011.

MARTINS-COSTA, Judith. *A Boa-Fé no Direito Privado: critérios para a sua aplicação*. São Paulo, Marcial Pons, 2015.

_____. A cláusula de hardship e a obrigação de renegociar nos contratos de longa duração. *Revista de Arbitragem e Mediação*, vol. 25, abril-2010, p. 11 e seguintes.

_____. A incidência do princípio da boa-fé no período pré-negocial: reflexões em torno de uma notícia jornalística. *Revista de Direito do Consumidor*, vol. 4, outubro/dezembro 1992, pp. 140-172.

_____. As origens doutrinárias e a interpretação da função social dos contratos no Código Civil brasileiro. *Modelos de Direito Privado*. Org. Judith Martins-Costa, São Paulo, Marcial Pons, 2014, pp. 249-256.

_____. *Comentários ao novo Código Civil*. Sálvio de Figueiredo Teixeira (Coord.), Rio de Janeiro, Forense, 2003. v. 5, t. 2.

_____. Contratos de Derivativos Cambiais. Contratos Aleatórios. Abuso de Direito e abusividade Contratual. Boa-fé objetiva. Dever de informar e ônus de se informar. Teoria da Imprevisão. Excessiva Onerosidade Superveniente.

Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais, Revista dos Tribunais, vol. 55/2012, p. 321, janeiro-2012.

_____; e NITSCHKE, Guilherme Carneiro Monteiro. Contratos Duradouros Lacunosos e Poderes do Árbitro: questões teóricas e práticas. *Revista Jurídica Luso-Brasileira*, ano 1, 2015, nº 1, pp. 1247-1299.

MATTOS NETO, Antonio José de. A Cláusula Rebus Sic Stantibus e a Cláusula de Escala Móvel. *Doutrinas Essenciais de Responsabilidade Civil*, Revista dos Tribunais, vol.1, p.1101, outubro-2011.

MAXIMILIANO, Carlos. *Hermenêutica e aplicação do direito*. 19ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 2005.

MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito de Construir*, 9ª ed., São Paulo, Malheiros, 2005.

MILLER, Fernando Faria. Livro Complementar – Disposições Finais e Transitórias: arts. 1.045 a 1.047. *Comentários ao Código de Processo Civil*. Coords. Angélica Arruda Alvim et. al., São Paulo, Saraiva, 2016.

MIRANDA, Vicente. *Poderes do juiz no processo civil brasileiro*, São Paulo, Saraiva, 1993.

MITIDIERO, Daniel. A colaboração como norma fundamental do Novo Processo Civil brasileiro, *Revista do Advogado: O Novo Código de Processo Civil*, ano XXXV, nº 126, maio-2015, São Paulo, AASP, pp.47-52.

MONTEIRO, Antonio Pinto; GOMES, Julio. Rebus sic stantibus – hardship clauses in Portuguese Law. *European Review of Private Law*, n. 3, 1998, Kluwer International, Holanda, pp. 319-332.

MORAES, Renato José. *Cláusula Rebus Sic Stantibus*, São Paulo, Saraiva, 2001.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. Convenções das partes sobre matéria processual. *Temas de direito processual: terceira série*, São Paulo, Saraiva, 1984, pp. 87-98.

_____. O Processo Civil Contemporâneo: um enfoque comparativo, *Temas de Direito Processual: Nona Série*. Rio de Janeiro, Saraiva, 2007.

_____. O problema da ‘divisão do trabalho’ entre juiz e partes: aspectos terminológicos. *Revista de Processo*, vol.41, p.7, janeiro-1986.

_____. Reformas processuais e poderes do juiz, *Revista da EMERJ*, vol. 6, n. 22, 2003, pp. 58-72.

_____. Regras de Experiência e conceitos juridicamente indeterminados. *Revista Forense*, 261/15, Rio de Janeiro, Forense, janeiro-março, 1978.

NAGAO, Paulo Issamu. *O Papel do Juiz na Efetividade do Processo Civil Contemporâneo*, São Paulo, Malheiros, 2016.

NERY, Carmen Lígia. *Decisão judicial e discricionariedade: a sentença determinativa no processo civil*, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2014.

NERY JR., Nelson. Questões de ordem pública e seu julgamento *ex officio*. *Revista de Direito Privado*, vol. 60, outubro-dezembro 2014, pp. 237-254.

_____; e NERY, Rosa Maria de Andrade. *Comentários ao Código de Processo Civil*, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2015.

_____. e NERY, Rosa Maria de Andrade. *Instituições de direito civil: contratos*, vol. III, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2016.

NERY, Rosa Maria de Andrade. Fatos Processuais, Atos Jurídicos Processuais Simples, Negócio Jurídico Processual (Unilateral e Bilateral), Transação. *Revista de Direito Privado*, vol. 64, pp. 261-274, outubro-dezembro/2015.

_____. e NERY JR., Nelson. *Comentários ao Código de Processo Civil*, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2015.

_____. e NERY JR., Nelson. *Instituições de direito civil: contratos*, vol. III, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2016.

NEVES, Geraldo Serrano. *Teoria da Imprevisão e Cláusula Rebus Sic Stantibus*, Liber, 1956, capítulo III, item 14, versão e-book disponível em <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/teoriarebus.html>, acesso em 05.11.2017.

NIEBUHR, Pedro de Menezes. Risco econômico e receita pública nas Parcerias Público-Privadas. *Direito e Processo: estudos em homenagem ao Desembargador Norberto Ungaretti* (Coords. Pedro Manoel Abreu e Pedro Miranda de Oliveira), 1ª ed., 2ª tiragem, Florianópolis, Conceito Editorial, 2007.

NITSCHKE, Guilherme Carneiro Monteiro; e MARTINS-COSTA, Judith. Contratos Duradouros Lacunosos e Poderes do Árbitro: questões teóricas e práticas. *Revista Jurídica Luso-Brasileira*, ano 1, 2015, nº 1, pp. 1247-1299.

NOGUEIRA, Paulo Henrique. *Negócios Jurídicos Processuais*, Salvador, Jus Podivm, 2016.

NUNES, Rizzatto. *Comentários ao Código de Defesa do Consumidor*, 4ª ed., São Paulo, Saraiva, 2009.

OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro de. Apresentação. CAPPELLETTI, Mauro. *Processo, Ideologias e Sociedade*, Trad. Hermes Zaneti Jr., vol. II, Porto Alegre, Sergio Antonio Fabris Editor, 2010.

_____. Escopo Jurídico do Processo. *Revista de Processo*, vol. 203/2012, pp. 305-317, Janeiro-2012.

_____. *Poderes do juiz e visão Cooperativa do Processo*. Site da Academia Brasileira de Direito Processual Civil. Disponível em [http://www.abdpc.org.br/abdpc/artigos/Carlos%20A%20A%20de%20Oliveira%20\(8\)%20-formatado.pdf](http://www.abdpc.org.br/abdpc/artigos/Carlos%20A%20A%20de%20Oliveira%20(8)%20-formatado.pdf), acesso em 25.11.2015.

OLIVEIRA, Fernando Baptista de. *Contratos privados: das noções à prática judicial*, vol. 1, 2ª ed., Coimbra, Coimbra Ed., 2015.

OLIVEIRA, Swarai Cervone de. *Poderes de juiz nas ações coletivas*, São Paulo, Atlas, 2009.

PASCHOAL, Maximilian Fierro. A representatividade adequada e a discussão quanto à possibilidade do seu controle judicial no Brasil. *As Grandes Transformações do Processo Civil Brasileiro – Homenagem ao Professor Kazuo Watanabe*. Carlos Alberto de Salles (Coord.), São Paulo, Quartier Latin, 2009, pp. 883-914.

PASSOS, José Joaquim Calmon de. O magistrado, protagonista do processo jurisdicional? *Revista Eletrônica de Direito do Estado – REDE*, Salvador, Instituto Brasileiro de Direito Público, nº 24, outubro-dezembro/2010, disponível em www.direitodoestado.com.br/revista/REDE-24-OUTUBRO-2010-CALMON-DE-PASSOS.pdf, acesso em 15.10.2017.

PINTO, Eduardo Vera-Cruz. O Direito romano e as regras de direito europeu dos contratos que determinam o preço a pagar pela prestação com um valor muito diferente do inicial: para uma revisão do paradigma normativo do código civil português. *O Sistema Contratual Romano: de Roma ao direito actual*. Coord. Jorge Miranda, Edição Especial da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Lisboa, Coimbra Editora, 2010.

_____. *O futuro da justiça*, São Paulo, IASP, 2015.

PINTO, José Emilio Nunes. O mecanismo multi-etapas de solução de controvérsias. Disponível em http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=4510, acesso em 11.03.2018.

POLIDO, Walter. Contratos de seguros: quando eles se tornam ineficazes para os segurados-consumidores. *Revista de Direito do Consumidor*, vol. 113, pp. 377-413, setembro-outubro 2017.

POSNER, Richard Allen. *How judges think*, Cambridge – Massachusetts, Harvard Press, 2008.

_____; EPSTEIN, Lee; e LANDES, William M. *The Behavior of Federal Judges: a theoretical & empirical study of rational choice*, Cambridge – Massachusetts; London – England, Harvard University Press, 2013.

PRADO, Maurício Curvelo de Almeida. Novas perspectivas do reconhecimento e aplicação do hardship na jurisprudência arbitral internacional. *Revista Brasileira de Arbitragem* nº 2, abril-junho 2004, pp. 32-60.

PUELINCKX, Alphons. Frustration, Hardship, Force Majeure, Imprévision, Wegfall der Geschäftsgrundlage, Unmöglichkeit, Changed Circumstances: a comparative study in English, French, German and Japanese Law. *Journal of International Arbitration*, 1986, disponível em Hein Online, pp. 47-66.

PUGLIESE, Antonio Celso Fonseca. *Revisão judicial dos contratos: o instituto da lesão e nos novos rumos do direito obrigacional brasileiro*, Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo – Faculdade de Direito, São Paulo, 2002.

_____. Teoria da Imprevisão e Novo Código Civil, *Revista dos Tribunais*, vol.830/2004, pp.11-26, dezembro-2004.

PUOLI, José Carlos Baptista. *Os poderes do juiz e as reformas do processo civil*, São Paulo, J. de Oliveira, 2002.

RAMOS, Elival da Silva. *Parâmetros dogmáticos do ativismo judicial em matéria constitucional*. Tese de Titularidade – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

REALE, Miguel. *Questões de Direito Privado*, São Paulo, Saraiva, 1997.

REBOUÇAS, Rodrigo Fernandes. *Autonomia privada e análise econômica do contrato*, São Paulo, Almedina, 2017.

REICHELT, Luis Alberto. O sistema dos direitos fundamentais processuais densificado pelo novo CPC e a necessária superação da Súmula 381 do STJ. *Revista de Direito do Consumidor*, vol. 110, março-abril 2017, pp. 459-472.

RIPERT, George. *La règle morale dans les obligations civiles*. 4. ed. Paris: Librairie Générale de Droit et Jurisprudence, 1949.

ROCHA, Silvio Luís Ferreira da. Contratos de Adesão e cláusulas abusivas. *Teoria Geral dos Contratos*. Coord. Renan Lotufo e Giovanni Ettore Nanni, São Paulo, Atlas, pp. 352-360.

ROCHER, Peter. French Contract Law Reform. *Business Law International*, International Bar Association, vol.17, n.1, janeiro-2016, pp.59-72.

RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz. *Revisão judicial dos contratos: autonomia da vontade e teoria da imprevisão*, São Paulo, Atlas, 2006.

ROSENVALD, Nelson. *Cláusula Penal: a pena privada nas relações negociais*. Lumen Juris. Rio de Janeiro, 2007.

_____. *Código Civil Comentado*, 3ª Ed., Barueri, Manole, Min. Cezar Peluso (Coord.), 2009, pp. 456-643.

RÖSLER, Hannes. Hardship in German Codified Private Law – In Comparative Perspective to English, French and International Contract Law. *European Review of Private Law* 3-2007, Kluwer International BV, disponível em Hein Online, pp. 483-513.

ROPPO, Enzo. *O Contrato*, Trad. Ana Coimbra e M. Januário C. Gomes, Almedina, Coimbra, 2009.

SALLES, Carlos Alberto de. Duas faces da proteção judicial dos direitos sociais no Brasil, *As Grandes Transformações do Processo Civil Brasileiro – Homenagem ao Professor Kazuo Watanabe*. Carlos Alberto de Salles (Coord.), São Paulo, Quartier Latin, 2009, pp.786-818.

_____. Processo civil de interesse público. *Processo civil e interesse público: o processo como instrumento de defesa social*. Coord. Carlos Alberto de Salles. São Paulo, Revista dos Tribunais, 2003, pp. 39-77.

SARMENTO, Daniel. *Direitos Fundamentais e Relações Privadas*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2006.

SATTA, Salvatore. *Diritto Processuale Civile*, 9ªed., Padova, CEDAM, 1981.

SCARSELLI, Giuliano. *Poteri del Giudice e Diritti delle Parti*. Coleção Il giusto processo civile, volume 4, 2010, disponível em www.studiolegalescarselli.com, acesso em 15.10.2017.

SICA, Heitor. Contribuição ao estudo da Teoria das Nulidades: comparação entre o sistema de invalidades no Código Civil e no Direito Processual Civil. *Impactos Processuais do Direito Civil*. São Paulo, Saraiva, 2008, pp. 183-201.

SIDOU, José Maria Othon. *A Revisão Judicial dos Contratos e outras figuras jurídicas: a cláusula rebus sic stantibus, dos efeitos da fiança e empresa individual de responsabilidade limitada*, Rio de Janeiro, Forense, 1978.

SIEBURGH, Carla. The principle of Social Conformity: society as a third party on the law of contract. *The future of European Contract Law*, Alphen aan den Rijn – Holanda, Kluwer Law International, 2007, pp. 115-131.

SILVA, Clovis Veríssimo do Couto e. *A obrigação como processo*, São Paulo, Bushatsky, 1976.

SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*, 24ª ed., São Paulo, Malheiros, 2005.

SILVA, Paulo Eduardo Alves da. *Gerenciamento de processos judiciais*, São Paulo, Saraiva, 2010.

SILVA, Virgílio Afonso da. *A constitucionalização do direito: os direitos fundamentais nas relações entre particulares*, São Paulo, Malheiros, 2014.

_____. O proporcional e o razoável, *Revista dos Tribunais*, v. 91, n. 798, abril 2002, pp. 23-50.

SIMÃO, José Fernando. *A resilição contratual III*, disponível em http://www.professorsimao.com.br/artigos_simao_a_resiliacao_03.htm, acesso em 20.06.2015.

_____. *Cláusula penal e redução de ofício pelo juiz – parte 2*. Disponível em <http://professorsimao.com.br/artigos/artigo.aspx?ti=C1%C3%A1usula%20penal%20e%20redu%C3%A7%C3%A3o%20de%20of%C3%ADcio%20pelo%20juiz%20-%20Parte%202.&id=203>, acesso em 2 de outubro de 2017.

SURGIK, Aloísio. Da iniciativa das provas e dos poderes do juiz de direito romano e na atualidade. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná*, volume 20, n. 0, 1981, pp. 19-37.

TANAGO, Samir. *De l'obligation judiciaire: etude morale et technique de la révision du contrat par le juge*. Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence. Faculdade de Direito e Ciências Econômicas de Paris, Paris, 1965.

TARTUCE, Fernanda. *Igualdade e vulnerabilidade no processo civil*, Rio de Janeiro, Forense, 2012.

TARTUCE, Flávio. *Direito civil: direito das obrigações e responsabilidade civil*, vol. 2, 12ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 2017.

TARUFFO, Michele. *A prova*. Tradução João Gabriel Couto (La prueba), 1ª ed., São Paulo, Marcial Pons, 2014.

_____. Admission and Presentation of Evidence. *The future of transnational civil litigation: English responses to the ALI/UNIDROIT draft principles and rules of transnational civil procedure*. Grã Bretanha – Londres, British Institute of International and Comparative Law, 2006, pp. 161-173.

_____. General Report. Abuse of Procedural Rights: comparative standards of procedural fairness. *In: Abuse of Procedural Rights: comparative standards of procedural fairness*. (Coord. Michele Taruffo), The Hague / London / Boston, Kluwer Law International, 1998, pp.03-29.

_____. Il fatto e l'interpretazione. *Revista da Faculdade de Direito Sul de Minas*, Pouso Alegre, v. 26, n. 2, p. 207, jul./dez. 2010.

_____; e HAZARD JR., Geoffrey C. *La Justicia Civil en los Estados Unidos*, Navarra, Thomson Aranzadi, 2006.

_____. *Senso comum, experiência e ciência no raciocínio do juiz*. Tradução de Cândido Rangel Dinamarco. Curitiba, IBEJ, 2001.

TEPEDINO, Gustavo. Aspectos práticos do Contrato de Empreitada no Regime Turnkey. *Soluções Práticas – Tepedino*, Revista dos Tribunais, vol. 2, pp. 231-252, novembro-2011.

_____. Crise Financeira Mundial, Teoria da Imprevisão e Onerosidade Excessiva. *Soluções Práticas – Tepedino*, Revista dos Tribunais, vol.2, p.337, novembro-2011.

_____. Requisitos para a aplicação da Teoria da Imprevisão no Direito Brasileiro, *Soluções Práticas – Tepedino*, Revista dos Tribunais, vol.2, pp.547-570, novembro-2012.

THEODORO JUNIOR, Humberto. *O Contrato e seus Princípios*, Rio de Janeiro, AIDE, 2001.

TRAKMAN, Leon. Pluralism in Contract Law, *Buffalo Law Review*, volume 58, Dezembro-2010, n. 5, disponível em Hein Online, pp. 1031-1093.

TREBILCOCK, Michael. J.. *The limits of freedom of contract*, Cambridge – Massachusetts, Harvard University Press, 1997.

TRUBEK, David M; e DEZALAY, Ives. A Reestruturação Global e o Direito. *Direito e Globalização Econômica: implicações e perspectivas*. Org. José Eduardo Faria. São Paulo, Malheiros, 2015, pp. 29-80.

TUCCI, José Rogério Cruz e. *Comentários ao Código de Processo Civil: artigos 485 ao 538*, v. 8, Luiz Guilherme Marinoni et al. (Coord.), São Paulo, Revista dos Tribunais, 2016.

VENOSA, Sílvio de Salvo. *Lei do Inquilinato Comentada: doutrina e prática*, 12ª ed., São Paulo, Atlas, 2013.

VILLAR, Mauro de Salles; e HOUAISS, Antonio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2001.

WAISBERG, Ivo. Trespasse. *Tratado de Direito Comercial*, vol. 6, Coord. Fabio Ulhoa Coelho, São Paulo, Saraiva, 2015, pp. 84-97.

WALD, Arnoldo. O novo Código Civil e o Solidarismo Contratual. *Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais*, vol. 21, julho-setembro 2003, pp. 14-47.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. *Controle das decisões judiciais por meio de recursos de estrito direito e de ação rescisória: recurso extraordinário, recurso especial e ação rescisória: o que é uma decisão contrária à lei?* São Paulo, Revista dos Tribunais, 2001.

_____. O juiz como ‘administrador’ do processo. *As Grandes Transformações do Processo Civil Brasileiro – Homenagem ao Professor Kazuo Watanabe*. Carlos Alberto de Salles (Coord.), São Paulo, Quartier Latin, 2009, pp. 733-737.

_____. *Nulidades do Processo e da Sentença*, 8ª ed., São Paulo, Revista dos Tribunais, 2017.

_____. *Primeiros Comentários ao novo código de processo civil: artigo por artigo*, 1ª ed., São Paulo, Revista dos Tribunais, 2015.

WATANABE, Kazuo. Processo civil de interesse público: introdução. *Processo civil e interesse público: o processo como instrumento de defesa social*. Coord. Carlos Alberto de Salles. São Paulo, Revista dos Tribunais, 2003, pp. 15-21.

YARSHELL, Flávio Luiz. *Ação Rescisória: juízos rescindente e rescisório*, São Paulo, Malheiros, 2005.

_____. Convenção das partes em matéria processual: rumo a uma nova era? *Coleção Grandes temas do Novo CPCP: Negócios Processuais*, (Coord. Fredie Didier Jr.), vol.1, 2ª ed., Salvador, Jus Podivm, 2016, pp. 75-92.

_____. Resolução do contrato por onerosidade excessiva: uma nova hipótese de “ação dúplice”? *Estudos em homenagem à Professora Ada Pellegrini Grinover*, Coord. Flávio Luiz Yarshell e Maurício Zanoide de Moraes, 1ª ed., São Paulo, DJP Editora, 2005, pp. 563-574.

ZANETTI, Andrea Cristina. *Princípio do Equilíbrio Contratual*, São Paulo, Saraiva, 2012.

ZAVASCKI, Teori Albino. *Processo Coletivo: tutela de direitos coletivos e tutela coletiva de direitos*. 7ª ed., São Paulo, Revista dos Tribunais, 2017.

ZULIANI, Ênio Santarelli. Resolução do contrato por onerosidade excessiva. *Teoria Geral dos Contratos*, Coords. Renan Lotufo; Giovanni Ettore Nanni, São Paulo, Atlas, 2011, pp. 649-668.

* * *

16. FONTES DE LEGISLAÇÃO E NORMAS ESTRANGEIRAS

Cláusula Hardship ICC 2003: www.iccwbo.org/publication

Convenção de Viena das Nações Unidas sobre a Compra e Venda Internacional de Mercadorias (“CISG”): <https://www.uncitral.org/pdf/english/texts/sales/cisg/V1056997-CISG-e-book.pdf>

Federal Rules dos EUA: <http://www.uscourts.gov/rules-policies/current-rules-practice-procedure>

Frustrated Contracts Act (Inglaterra): <http://www.legislation.gov.uk/ukpga/Geo6/6-7/40/section/3>

Legislação alemã traduzida para inglês: https://www.gesetze-im-internet.de/Teilliste_translations.html

Legislação argentina: www.servicios.infoleg.gob.ar

Legislação belga: <http://www.ejustice.just.fgov.be>

Legislação espanhola: www.boe.es/legislacion

Legislação francesa: www.legifrance.gouv.fr

Legislação holandesa: <http://www.dutchcivillaw.com/civilcodegeneral.htm>

Legislação portuguesa: www.dre.pt

Princípios UNIDROIT de Contratos Comerciais Internacionais 2016 (*International Institute for the Unification of Private Law*): <https://www.unidroit.org/instruments/commercial-contracts/unidroit-principles-2016>

* * *

ANEXO A - “Teoria da Imprevisão e Revisão - STJ”

Em pesquisa jurisprudencial no site **www.stj.jus.br** em 31.01.2018 com os filtros “teoria da imprevisão” e “revisão” e com limitação temporal entre 01.01.2010 e 31.01.2018, foram identificados 23 (vinte e três) resultados, sendo que 22 (vinte e dois) se revelam úteis à pesquisa e 1 (um) não foi possível identificar o objeto específico do pleito e seus fundamentos⁶⁷⁹.

Constatações:

- Naturezas de relações contratuais identificadas: (i) contratos civis: 2 casos, (ii) contratos empresariais diversos: 8 casos, (iii) contratos administrativos: 5 casos, (iv) contratos de consumo: 1 caso e (v) contratos de locação: 6 casos.
- Pautando-se pelos parâmetros propostos pela tese, a incidência expressa nos julgados foi de: (i) natureza / tipo contratual e disposições legais pertinentes – 16 vezes, (ii) vulnerabilidade dos sujeitos – 3 vezes, (iii) lógica econômica do contrato no mercado – 7 vezes e (iv) impacto ao interesse público – 2 vezes.
- Quantos parâmetros são utilizados pelos julgados: (i) 1 parâmetro: 16 casos, (ii) 2 parâmetros: 5 casos, (iii) 3 parâmetros: 1 caso e (iv) 4 parâmetros: 0 casos.
- Hipóteses de cabimento de revisão: 1 caso de contrato de serviços jurídicos de advogado, 1 caso de contrato de leasing e 4 casos de revisão de aluguel de imóvel.
- Critério da dosagem nas hipóteses em que cabimento foi reconhecido: (i) proveito econômico obtido pelo contratante (1 caso), (ii) valor de mercado do imóvel (4 casos) e (iii) 50%-50% em decisão ‘salomônica’ (1 caso).

	Identificação	Natureza	Causa da imprevisão	Foi hipótese de cabimento da revisão? Qual o fundamento / enfoque?	Em caso positivo, qual a dosagem?
1	RESP 1.632.842 RS, Rel. Min. Paulo Sanseverino, 3ª T,	Contrato O&M em Telefonia (revisão de preço)	Aumento do número de furtos de cabos de telefonia	Não. Evento não foi considerado “futuro e incerto” e “alteração afetou a ambos os	N/A

⁶⁷⁹ No caso AgRg no ARES n° 100.669-MS, Rel. Min. Nancy Andrigui, j. 19.06.2012, há referência apenas à discussão sobre a teoria da imprevisão e a impossibilidade de revolvimento do conjunto probatório em sede especial, sem especificação do contexto contratual e fundamentos da demanda.

	j. 12.09.2017 (Pampa vs BrT)			contratantes”.	
2	RESP 1.595.018 RJ, Rel. Min. Humberto Martins, j. 18.08.2016	ACP Contrato de Concessão de Transporte Coletivo Municipal (revisão de obrigação de fazer e prazo)	Aumento de custo pela necessidade de reconfiguração dos ônibus para assentos preferenciais	Não. O “impacto econômico-financeiro (...) não se sustenta, visto que sequer foi juntada (...) planilha de cálculos de receitas e despesas” e que o desequilíbrio “não justifica o afastamento do dever de observância das obrigações constitucionais, infraconstitucionais e contratuais impostas às concessionárias”	N/A
3	AI no ED no ARESP 956.687 PR, Rel. Min. Herman Benjamin, 2ª T, j. 07.02.2017 (BrT vs Rodonorte)	Contrato de Permissão de Uso Remunerado de Faixa de Domínio (revisão de preço)	Preço unilateral e excessivo	Não. Empresa “conta com profissionais capazes de assessorá-la (...) e evitar celebração de pactos que venham a lhe causar prejuízos”.	N/A
4	RESP 1.045.951 MA, Rel. Min. Raul Araújo, 4ª T., j. 09.03.2017 (Saint’Louis Transportes vs Scania Adm. Consórcios)	Contrato de Consórcio para aquisição de ônibus (revisão de preço e prazo de pagamento)	Defeito superveniente no produto	Não. Não houve “acontecimento extraordinário e imprevisível capaz de tornar a prestação (...) excessivamente onerosa para uma das partes e acarretar vantagem extrema à outra”, sendo tratado como risco do negócio.	N/A
5	AgInt no RESP 1.514.093 CE, Rel. Min. Marco Buzzi, 4ª T., j. 25.10.2016	Contrato de Financiamento habitacional (revisão de preço e prazo de pagamento)	Diminuição de renda familiar (base objetiva do negócio e não imprevisão)	Não. “a perda do emprego é evento previsível e não enseja a quebra da base objetiva do contrato”. Não configuração de fato extraordinário.	N/A
6	AgRg no RESP 1.518.605 MT, Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino, 3ª T., j. 07.04.2016	Contrato de Compra e Venda de Fertilizantes (revisão de preço)	Indexação ao Dólar	Não. “não envolvendo relação de consumo, o contrato objeto do pedido de revisão, mas sim paritário” (...) “a variação ocorrida no valor da moeda americana ao final do ano de 2008 (...) não se revela imprevisível a ponto de autorizar o Poder Judiciário, com base na Teoria da Imprevisão, a proceder à sua revisão e alterar o indexador”.	N/A
7	AgInt nos ED no ARESP 784.056 SP, Rel. Min.	Contrato de Compra e Venda de Safra	Excessiva variação de preço do produto	Não. Além de considerar que se trata de produto com cotação em bolsa de valores (risco inerente),	N/A

	Marco Aurélio Belizze, 3ª T., j. 15.09.2016	futura de Soja (revisão de preço)		concluiu que “a variação do preço da saca da soja ocorrida após a celebração do contrato não evidencia acontecimento extraordinário e imprevisível apto a propiciar a revisão da obrigação com alteração das bases contratuais”.	
8	AgRg no ARESP 834.637 DF, Rel. Min. Marco Aurélio Belizze, 3ª T., j. 10.05.2016		Excessiva variação de preço do produto (estiagem / chuva)	Não. “nos contratos agrícolas, o risco é inerente ao negócio, de forma que eventos como seca, pragas ou estiagem (...) não são considerados fatores imprevisíveis ou extraordinários que autorizem a adoção da teoria da imprevisão”.	N/A
9	RESP nº 849.228-GO, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, 4ª T., j. 03.08.2010		Excessiva variação de preço do produto (aumento de cerca de 50% no preço pactuado)	Não. A soja “possui cotação em bolsa de valores e a flutuação, até mesmo diária, do preço é inerente ao negócio” e “não se verifica sequer a onerosidade excessiva. Muito pelo contrário, a venda antecipada da soja garante a aferição de lucros razoáveis, previamente identificáveis, tornando o contrato infenso a quedas abruptas do preço do produto. (...) não se pode falar em onerosidade excessiva, tampouco em prejuízo (...), mas tão-somente em percepção de um lucro aquém daquele que teria, caso a venda se aperfeiçoasse em momento futuro”.	N/A
10	AgRg no ARESP 155.702 MS, Rel. Min. Raul Araújo, j. 16.05.2013	Contrato de Compra e venda de insumos agrícolas	Intempéries Climáticas	Não. Intempéries climáticas não ensejam a aplicação da teoria da imprevisão.	N/A
11	RESP 1.321.614 SP, Rel. para Acórdão Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, 3ª T., j. 16.12.2014 (Javier Costa vs General Eletric	Contrato de Compra e Venda de Equipamento Médico (entre médico e fabricante)	Indexação ao US\$ e Maxidesvalorização do R\$	Não. “O histórico inflacionário e as sucessivas modificações no padrão monetário experimentados pelo país desde longa data até julho de 1994, quando sobreveio o Plano Real, seguido de período de relativa estabilidade até a maxidesvalorização do real em face do dólar	N/A

	Company)			americano, ocorrida a partir de janeiro de 1999, não autorizam concluir pela imprevisibilidade desse fato nos contratos firmados com base na cotação da moeda norte-americana, em se tratando de relação contratual paritária”	
12	RESP 1.454.777 MG, Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino Rel. para Acórdão Min. Marco Aurélio Bellizze, 3ª T., j. 17.11.2015 (Dilmar Carvalho vs. Luiz Carlos Marques)	Contrato de Honorários Advocatícios (revisão de preço)	Desproporcional resultado da aplicação da porcentagem após atualização monetária e juros	Sim. Relator havia afastado o cabimento da revisão por se tratar de expressão da autonomia privada e por não estarem presentes os requisitos da teoria da imprevisão. Voto foi revertido, prevalecendo que: “porque decorrentes de avença estritamente particular, o advogado e o contratante estão livres para estabelecer o valor que considerarem adequado e justo como remuneração. (...) o controle pelo Judiciário do quantum avençado ocorrerá apenas de forma excepcional, nas hipóteses em que se verificar algum vício de vontade ou forem inobservados os princípios da razoabilidade e da boa-fé contratual. O caso em análise, todavia, é singular, na medida em que o conteúdo atribuído à causa, após sofrer atualização monetária e incidência de juros, veio a superar, de maneira expressiva, o quantum da condenação, o que permitiria ao advogado obter a título de honorários contratuais mais de 2/3 do benefício patrimonial reconhecido em prol de seu cliente, gerando um indesejável desequilíbrio na relação, por produzir um resultado que se distancia da própria finalidade desse tipo de contratação”.	Valor de R\$1.003.736,80 foi reduzido, por equidade, para R\$220.953,33 nas instâncias originárias. No STJ optou-se por revisão, substituindo a base de cálculo “valor da causa” pelo “proveito econômico efetivamente obtido”
13	AgRg no RESP 1.458.391 SP, Rel. Min. Herman Benjamin, 2ª T.,	Contrato Administrativo	Aumento de preço de insumos da construção (art. 65, II, d, Lei 8.666/93)	Não. Não rechaçou a ocorrência da alta dos insumos, mas deixou de considerá-la excepcional para fins de aplicação da teoria da imprevisão	N/A

	j. 21.08.2014			consignada no referido dispositivo legal, pois, “ <i>é admissível a revisão dos contratos, embora excepcionalmente e com boa dose de prudência</i> ”	
14	AgRg no ARESP 471.572 PE, Rel. Min. Og Fernandes, j. 27.05.2014		Desequilíbrio Econômico-Financeiro (Construção)	Não. Foi afastada a ocorrência do desequilíbrio financeiro diante de ajustes celebrados entre as partes	N/A
15	AgRg no RESP 957.999-PR, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, 2ª T., j. 22.06.2010.		Aumento de salário proveniente de dissídio coletivo (reequilíbrio econômico-financeiro)	Não. “ <i>eventual aumento de salário proveniente de dissídio coletivo – ainda mais quando o contrato administrativo já havia findado – não autoriza a revisão do contrato administrativo para fins de reequilíbrio econômico-financeiro, uma vez que não se trata de fato imprevisível – o que afasta a incidência do art. 65, inc. II, d, da Lei 8666/93</i> ”.	N/A
16	AgInt no RESP 1.543.466 SC, Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino, 3ª T., j. 27.06.2017	Contrato de Locação de Imóvel	Revisão de preço pelo art. 19, Lei de Locações (3 anos)	Sim. Ajuste previsto em lei.	Prova técnica
17	RESP 1.566.231 PE, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, 3ª T., j. 01.03.2016			Sim. “ <i>a ação revisional de aluguel, por sua natureza, possui campo de cognição restrito, reclamando provas eminentemente técnicas, visto que não abre espaço para discussão de natureza fática</i> ”	Prova técnica
18	RESP 1.411.420-DF, Rel. Min. Antonio Carlos Ferreira, 4ª T., j. 19.05.2015			Sim. “ <i>Na revisional, as acessões realizadas pelo locatário não devem ser consideradas no cálculo do novo valor do aluguel, para um mesmo contrato</i> ”	Prova técnica
19	RESP 1.300.831 PR, Rel. Min. Marco Buzzi, j. 27.03.2014 (<i>Shell vs. General Engenharia de Obras</i>)			Não. “ <i>A intervenção do Poder Judiciário na relação locatícia, à luz da teoria da imprevisão, exige a demonstração da alteração das bases econômicas iniciais do contrato, de modo a não se prestar ao mero propósito de redução do valor locativo, livremente ajustado ao tempo da celebração, solapando os alicerces do pactuado, pois</i> ”	N/A

				<p>significaria ingerência indevida na autonomia das partes que, ao considerarem as circunstâncias vigentes à época da realização do negócio - as quais permaneceram inalteradas -, elegeram o valor do aluguel e seu fator de atualização (...) Hipótese em que sobressai o propósito meramente econômico da locatária de obter a redução do valor locativo originariamente pactuado para R\$ 3.000,00, sem qualquer respaldo em imprevista mudança da base negocial, o que refoge da finalidade da ação de revisão do aluguel prevista no artigo 19 da Lei 8.245/91, traduzindo evidente ausência de interesse processual da parte (...) o manejo de demanda judicial, buscando alterar elemento essencial do contrato, sem qualquer justificativa plausível (à luz da teoria da imprevisão), a não ser a vontade de reduzir os custos (...) constitui vedado comportamento contraditório (...), revelando flagrante inobservância da cláusula geral da boa-fé objetiva”.</p>	
20	<p>AgRg no ARESP 184.299 DF, Rel. Min. Sidnei Beneti, 3ª T., j. 27.11.2012</p>			<p>Sim. Previsão legal.</p>	<p>Prova técnica</p>
21	<p>AgRg no RESP 1.206.723 MG, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, j. 17.05.2012 (Companhia Brasileira de Distribuição vs Comardi Comercial Ltda.)</p>			<p>Não. “O art. 19 da Lei 8.245/91, ao regular a revisão judicial do aluguel, a fim de ajustá-lo ao preço de mercado, consagrou a adoção da teoria da imprevisão no âmbito do Direito Locatício, oferecendo às partes contratantes um instrumento jurídico para a manutenção do equilíbrio econômico do contrato; no caso sub judice, porém, a</p>	<p>N/A</p>

				<p><i>Revisional não objetiva o restabelecimento do equilíbrio econômico inicial do contrato, mas reflete pretensão de obter a alteração do critério de determinação do valor do aluguel, distanciando-se dos parâmetros originais, por isso que refoge aos limites do art. 19 da Lei 8.245/91, daí não haver legítimo interesse jurídico”; e “Na situação sub examin e, o preço do aluguel compunha um elemento essencial do ajuste, justificando, no contexto complexo do negócio jurídico, a sua desvinculação das cotações de mercado. (...) a postura da locatária ao pleitear a redução do valor pactuado, sem relevante alteração superveniente da conjuntura econômica, reflete comportamento contraditório e injurídico”.</i></p>	
22	<p>ED no RESP nº 742.717-SP, Rel. Min. Maria Isabel Gallotti, 4ª T., j. 08.11.2011 (<i>João Negrelli vs. Sudameris Arrendamento Mercantil S/A</i>)</p>	<p>Contrato de Arrendamento Mercantil (Leasing)</p>	<p>Maxidesvalorização do Real frente ao Dólar em 1999</p>	<p>Sim. “nos contratos de arrendamento mercantil firmados anteriormente e vigentes no ano de 1999, dada a maxidesvalorização do real frente ao dólar, indexador para a correção monetária dos referidos contratos, aplica-se a teoria da imprevisão a permitir a revisão do critério de atualização”</p>	<p>50%-50% “cabe a ambas partes arcar com as consequências advindas dos fatos imprevistos, determinand o que se dê pela metade da variação o reajuste monetário”</p>

* * *

ANEXO B - “Revisão por Lesão - STJ”

Em pesquisa jurisprudencial no site www.stj.jus.br em 31.01.2018 com os filtros “lesão”, “contrato” e “art. 157, CC”, sem limitação temporal, foram identificados 5 (cinco) resultados:

	Identificação	Natureza	Objeto	Foi hipótese de cabimento da revisão? Qual o fundamento / enfoque?	Em caso positivo, qual a dosagem?
1	REsp nº 1.384.480-PR, Rel. Min. Nancy Andrighi, p/ Acórdão Min. Moura Ribeiro, 3ª T., j. 09.05.2017.	Consumo	Anulação de Quitação em Termo de Acordo Extrajudicial entre vítimas de acidente automobilístico e empresa de transporte + Indenização	Não, lesão afastada. Tribunal considerou que (i) indenização seria maior se houvesse ação judicial diante da jurisprudência, (ii) não houve intermediação de advogados, (iii) vítimas eram de baixa renda, (iv) porém, “ <i>não se pode desconsiderar que, com o acordo celebrado, os recorrentes que firmaram as referidas transações receberam aquelas somas em dinheiro imediatamente, evitando anos de discussão judicial e, mais do que isso, a incerteza quanto ao êxito de eventual ação</i> ”.	Valor foi mantido em R\$10.000,00 sem revisão judicial.
2	REsp nº 1.183.315 – ES, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, 4ª T., j. 03.12.2015	Consumo	Anulação de Quitação em Termo de Acordo Extrajudicial entre vítimas de acidente automobilístico e empresa de transporte + Indenização	Sim, lesão confirmada. Tribunal considerou (i) a idade da vítima, (ii) a celebração do contrato em momento grave de saúde, (iii) a celebração sem assistência de advogado e (iv) que “ <i>quando o acordo extrajudicial é, em tese, prejudicial à parte hipossuficiente em desvantagem excessiva, as portas do Judiciário não podem permanecer fechadas, sob o risco de perpetuar a desproporcionalidade entre o dano e o seu ressarcimento</i> ”.	Valor de R\$40.000,00 foi majorado (necessidade de liquidação).
3	REsp nº 1.155.200 – DF, Rel. Min. Massami Uyeda, Rel. p/ Ac. Min. Nancy Andrighi, 3ª T., j. 22.02.2011	Civil	Revisão de Contrato de Prestação de Serviços Advocatícios entre pessoa física e advogado (Honorários)	Sim, lesão confirmada (parcial). Tribunal considerou (i) baixa instrução da lesada (instrução escolar primária), (ii) necessidade econômica da lesada no momento da contratação, (iii) alto valor do preço, (iv) apesar de o serviço ter sido prestado por 10 anos (duração da ação), a causa não era complexa e um valor menor remuneraria o trabalho do advogado e (v) de todo modo, advogado assumiu um risco (receberia apenas no êxito) e deve ser remunerado. *Tribunal entendeu que “ <i>na esteira da faculdade disciplinada para o devedor no art. 157, §2º do CC/02, é possível também reconhecer também à vítima a opção pelo requerimento de mera revisão do contrato, em lugar de sua anulação</i> ”.	Honorários ad exitum de 50% do benefício econômico foram reduzidos para 30% do benefício (montante superior ao pedido do autor, de redução para 20%).

4	REsp nº 1.117.137-RS, Rel. Min. Nancy Andrighi, 3ª T., j. 17.06.2010	Empresarial	Revisão de Contrato de Prestação de Serviços Advocatícios entre pessoa jurídica e advogado (Honorários)	Não, lesão afastada. Tribunal entendeu que (i) contratante é empresa com capital social de R\$4 milhões e “certamente está habituada a celebrar contratos de elevado valor”, (ii) o fato de contratantes não serem advogados não implica inexperiência, (iii) é necessária a incidência de correção monetária para comparar valores para fins de desproporção e (iv) percentual praticado é praxe em reclamações trabalhistas.	Honorários de 25% (10% do valor da causa inicial + 15% do êxito) foram mantidos.
5	REsp nº 434.687 – RJ, Rel. Min. Fernando Gonçalves, 4ª T., j. 16.09.2004	Civil	Anulação de escritura pública de promessa de compra e venda de imóvel luxuoso entre pessoas físicas (ajuizada pelos vendedores)	Lesão confirmada, mas com anulação total e sem revisão. Tribunal considerou que (i) a perícia resultou em um valor real do imóvel 4x maior do que o valor constante da escritura e (ii) proprietários tinham idade avançada.	Negócio anulado, com a restituição do bem e devolução do valor pago.

* * *

ANEXO C - “Hardship - TJSP”

Em pesquisa jurisprudencial no site **www.tjsp.jus.br** com o filtro “hardship” no conteúdo e com filtro de limitação temporal compreendendo os anos de 2015 até 2017, foram identificados apenas 7 (sete) resultados, sendo que:

- em 5 (cinco) a referência é apenas contextual para justificar aspectos atuais de relações obrigacionais e a interferência judicial em relações contratuais, não havendo pertinência com o caso concreto;
- em apenas 1 (um) caso o litígio se debruçava sobre cláusula que previa repactuação de preços mediante renegociação entre as partes e, neste, se entendeu que a simples renegociação se dirigia às partes, não havendo obrigatoriedade de revisão judicial na hipótese de tal renegociação não ter ocorrido entre as próprias partes.
- em 1 (um) caso, se entendeu que a regulamentação legal e por resolução de órgão da Administração Pública agiria como uma cláusula de hardship para cálculo do preço de energia elétrica, não se tratando propriamente de fixação de critérios por meio de concessões mútuas entre contratantes em âmbito de liberdade contratual.

	Caso	Data de Julgamento	Objeto	Conclusão da Decisão
1	Apelação nº 0173182-72.2010.8.26.0100, TJSP, 35ª Câ. D. Privado, Rel. Des. Gilberto Leme	13.11.2017	Ressarcimento de valores pagos a título de EES (Encargos de Serviços de Sistema) pelo fornecimento de energia elétrica em relação interempresarial	Entendeu-se que o art. 28 da Lei nº 10.848/2004 e a Resolução CNPE (Conselho Nacional de Política Energética) nº 008/07 incluem uma cláusula de hardship para fins de cálculo de preço de energia elétrica
2	AI nº 2081140-32.2017.8.26.0000, TJSP, 23ª Câ. D. Privado, Rel. Des.	30.08.2017	Tutela de urgência para inverter ordem de resgate de prestações em ação de revisão de contrato de financiamento imobiliário entre Instituição Bancária e pessoa física	Faz referência à cláusula de hardship em contratos de comércio internacional para sustentar a admissão da revisão judicial de contratos e conclui que não é “razoável atribuir à parte que não exerce profissionalmente a atividade ligada ao crédito, a de ter a previsão sobre

	Sebastião Flávio			<i>adversidades futuras que alterem a capacidade de cumprimento do contrato tal como originariamente foi ajustado. Se as instituições financeiras detêm o conhecimento sobre os fenômenos econômicos e dispõem ou devem dispor de corpo técnico para prognósticos, estes não devem ser somente em relação à obrigação de pagamento dos recursos captados no mercado investidor, mas cumpre que avaliem as condições futuras dos mutuários. Assim, não é descartado um dever de cuidado para com o mutuário, dever esse anexo ao contrato de financiamento de interesse social”.</i>
3	Apelação nº 1070096-29.2014.8.26.0100, TJSP, 29ª Câ. D. Privado, Rel. Des. Fortes Barbosa	05.07.2017	Ação de busca e apreensão de impressora objeto de contrato internacional de compra e venda com reserva de domínio em relação interempresarial por inadimplemento. Réu alegou supervalorização do iene japonês em relação ao Dólar e ao Real (onerosidade excessiva) e possibilidade de revisão.	Constatou-se expressamente que não foi incluída cláusula de hardship ou de revisão consensual e programada do contrato. Afastou a quebra da base negocial considerando que (i) não houve alteração fundamental das condições do ambiente econômico – considerando contratação com empresa alemã na moeda japonesa, (ii) não houve enriquecimento da parte contrária com a desvalorização do real ou com a alteração da conjuntura econômica brasileira e (iii) variações da taxa de câmbio são previsíveis.
4	Apelação nº 1103741-79.2013.8.26.0100, TJSP, 1ª Câ. Res. D. Empresarial, Rel. Des. Francisco Loureiro	08.09.2016	Ação de cobrança de multa contratual por rescisão unilateral antecipada. Réu alegou resolução pela redução abrupta e expressiva das margens de comercialização devido à “crise do vidro” (setor automotivo).	Constatou expressamente que as partes poderiam ter convencionado cláusulas de hardship, caso quisessem, “ <i>estipulando desde logo a conduta a ser tomada caso houvesse desequilíbrio por fato superveniente ao contrato</i> ”, mas não o fizeram e afastou a presença dos requisitos da onerosidade excessiva.
5	AI nº 2267191-25.2015.8.26.0000, TJSP, 23ª Câ. D. Privado, Rel. Des. Sebastião Flávio	30.03.2016	Tutela de Urgência em Ação de Revisão de valor das prestações de Contrato de Financiamento Imobiliário em razão de desemprego de mutuário	Independentemente do reconhecimento do caráter social do contrato de financiamento imobiliário e de considerar que foi implicitamente reconhecido no art. 317 do CC a cláusula internacional de hardship, considerou o desemprego fato previsível e não alterou a posição jurídica da instituição financeira em relação à obrigação. Reconheceu que “ <i>uma intervenção do juiz na economia do contrato pode desequilibrar a relação econômica estabelecida</i> ”.
6	AI nº 2002832-16.2016.8.26.0000, TJSP, 23ª Câ. D. Privado, Rel. Des. Sebastião Flávio	16.03.2016	Tutela de urgência para suspensão de leilão extrajudicial de imóvel em ação de indenização envolvendo cédula de crédito bancário entre banco e EPP e com fundamento em onerosidade excessiva decorrente de capitalização de juros.	Apesar de não haver relação com o caso concreto, reconheceu a “ <i>existência no direito brasileiro da cláusula que, no direito internacional, é denominada hardship, ou seja, pela qual é dado parte prejudicada exercer a faculdade de suspensão do contrato para renegociar as condições originais que vieram a se tornar gravosas em razão da mudança da situação de fato reinante ao tempo da celebração do negócio</i> ” e, nesse contexto, a admissão de “ <i>arbitramento judicial nas crises</i>

				<i>contratuais”.</i>
7	Apelação nº 0019844-27.2010.8.26.0602, TJSP, 20ª Câm. D. Privado, Rel. Des. Alberto Gosson	11.05.2015	Ação de cobrança decorrente de contrato de fornecimento de materiais recicláveis, em que se discutiu alteração de preço do kg do material reciclável, em relação interempresarial.	O contrato previa cláusula de hardship (revisão de preços a cada 180 dias mediante negociação entre as partes). O tribunal manteve a sentença de primeiro grau, tendo transcrito diversos de seus trechos. A sentença de primeiro grau, com fundamentação mais desenvolvida, concluiu que “a cláusula em tela se dirige às partes e não à autoridade judicial como se obrigatória fosse a revisão judicial do negócio jurídico por força de tal disposição contratual. Não se pode, pois, aqui acolher, sem elementos mínimos a esse respeito, a nova fixação do preço, por ordem judicial, em R\$0,01, como postulado. Assim agir seria lesão frontal à segurança contratual e à autonomia negocial entre empresas presumivelmente em igualdade de condições técnicas de adequadamente prever seus interesses e distribuir seus riscos”.

* * *

ANEXO D - “Equidade e Cláusula Penal - STJ”

Em pesquisa jurisprudencial no site **www.tjsp.jus.br** com os filtros “cláusula penal” e “redução” e “equidade” no conteúdo e sem filtro de limitação temporal, foram identificados 7 (sete) resultados.

Ref.	Objeto	Cabimento da redução	Dosagem
REsp nº 1.463.677-MS, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, 4ª T., j. 03.08.2017	Ilegalidade de cláusula penal moratória que estabeleceu a quantia de 7,5 arrobas de boi por mês pela inadimplência de obrigação (entrega de 15 touros), que totalizada 405 arrobas de boi	Sim. “sua fixação não fica ao total e ilimitado alvedrio destes [contratantes], já que o ordenamento jurídico prevê normas imperativas e cogentes, que possuem o escopo de preservar o equilíbrio econômico da avença, afastando o excesso configurador de enriquecimento sem causa” “a cláusula penal deve ser proporcional ao dano sofrido pela parte cuja expectativa fora frustrada, não podendo, sob essa ótica, traduzir valores ou penas exorbitantes”	do confronto entre o valor da cláusula penal moratória contratada (7,5 arrobas de boi por mês de inadimplência) e a obrigação principal que se buscava garantir (405 arrobas de boi), não se extrai qualquer desproporcionalidade ou excesso, razão pela qual não merece reparo o acórdão estadual. Convém anotar que, passados quase dezessete anos da inadimplência contratual, não é surpresa o significativo montante que, atualmente, representa a multa firmada entre as partes”, pautando-se pelos “ <i>princípios da boa-fé, da função social e da equivalência</i> ”
REsp nº 1.466.177-SP, Re. Min. Luis Felipe Salomão, 4ª T., j. 20.06.2017	Cobrança de cláusula penal de R\$1 milhão por rescisão antecipada de contrato de prestação de serviços (realização de programa televisivo de variedades e entretenimento) com alegação de cumprimento parcial da obrigação (TV Ômega vs. Latino Produções Artísticas) – contrato com prazo de 1 ano rompido com 6 meses	Sim. Idem ao mencionado acima.	Foi mantida condenação do Tribunal de 50% da multa diante do cumprimento de 50% do prazo contratual. “No que diz respeito aos ganhos financeiros previstos na contratação, caracterizadores da “obrigação principal” limitadora do valor da cláusula penal, verifica-se a existência de parâmetros distintos para a emissora de televisão e para o artista” (para a emissora se estabeleceu que a receita seria advinda da propaganda e para o artista, seria variável conforme a audiência – de R\$15 mil a R\$30mil). “Consoante notório, os ganhos financeiros auferidos pelos artistas - especialmente aqueles cujas imagens aparecem na televisão - não se resumem às remunerações expressamente previstas nos contratos celebrados com as

			emissoras. É que o direito de imagem e conexos desse profissionais costumam ser valiosos, conferindo aos empregadores grandes lucros com sua exibição, realização de merchandising de variados bens de consumo, comercialização de intervalos publicitários, entre outros. Daí se extrai a justificativa para que a indenização arbitrada para o caso de rompimento imotivado do presente contrato tenha sido de expressiva monta. É que as eventuais perdas e danos da emissora também foram utilizadas como parâmetro caso o artista rescindisse a avença. Desse modo, a assessoria jurídica da ré com certeza avaliou o fato de que a limitação da cláusula penal à obrigação remuneratória não cobriria os custos arcados, nem tampouco os ganhos eventualmente perdidos com a rescisão antecipada”
REsp nº 1.362.084-RJ, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, 4ª T., j. 16.05.2017 Net Rio Ltda vs. MPSP	ACP sobre multa integral ao consumidor em cláusula de fidelização de 12 meses em contrato de serviços de telecomunicação (como o serviço de TV a cabo) quando consumidor opta pela rescisão antecipada e injustificada do contrato	Sim. “A referida preocupação [art. 412] reverbera, com maior intensidade, em se tratando do chamado contrato de adesão, ou seja, aquele cujas cláusulas tenham sido estabelecidas unilateralmente pelo fornecedor de produtos ou serviços, sem que o consumidor possa discutir ou modificar substancialmente seu conteúdo (artigo 54 do Código de Defesa do Consumidor). Fundamento no art. 51, §1º, III.	Multa proporcional ao período restante dos contratos com fidelização “Os preços e as condições de remuneração das operadoras, no tocante aos serviços indicados nos itens (i) e (ii), devem ser compatíveis com as práticas usuais de mercado e com os custos de operação, de modo a atender as finalidades a que se destinam (§ 7º do artigo 23 da Lei 8.977/95)”. “Em relação à forma de cálculo da multa a ser cobrada em caso de rescisão antecipada dos contratos com fidelização, verifica-se que a ANATEL, em 07 de março de 2014, expediu a Resolução 632, que aprovou o Regulamento Geral de Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações, passando a dar tratamento diferenciado ao tema (Art. 58. Rescindido o Contrato de Prestação de Serviço antes do final do prazo de permanência, a Prestadora pode exigir o valor da multa estipulada no Contrato de Permanência, a qual deve ser proporcional ao valor do benefício e ao tempo restante para o término do prazo de permanência.)
AgRg no AREsp nº	Cláusula penal por rescisão de	Sim. “ocorrido o parcial cumprimento da obrigação, é	“o Tribunal a quo, realizando a apreciação equitativa, conforme

592.075-RJ, Rel. Min. João Otávio de Noronha, 3ª T., j. 05.03.2015. Globo Comunicações e Participações vs. Rodrigo Faro	contrato de prestação de serviços artísticos e redução diante de cumprimento parcial (multa correspondente ao valor total do contrato – R\$648.946,75)	dever do juiz reduzir o valor da cláusula penal a fim de manter o equilíbrio da relação contratual e evitar o enriquecimento sem causa. Além disso, o magistrado, ao reduzir o valor da pena deverá observar o princípio da equidade, levando em consideração a boa-fé objetiva, a natureza e a finalidade do negócio, o grau de culpa do devedor, as vantagens decorrentes do inadimplemento, etc.”	determinado pela legislação civil acima explicada, considerou a natureza e a finalidade do negócio e a forma de cumprimento do contrato, tendo concluído pelo arbitramento da cláusula penal em 80% (oitenta por cento) do valor do contratado” [“os apelados prestaram serviços de forma eficiente e sem reclamações por 20% (vinte por cento) do período total estipulado no contrato”].
RESp nº 1.186.789-RJ, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, 4ª T., j. 20.03.2014. TV Globo Ltda. vs. Celso de Freitas	Cláusula penal por violação de cláusula de exclusividade em contrato de prestação de serviço de apresentador (âncora) de telejornal (multa de R\$1.200.500,00 pactuada)	Sim. “a redução da cláusula penal prevista no art. 413 do Código Civil é preceito de ordem pública” “Aliás, mesmo na vigência do art. 924 do Código Civil de 1916, já se encontravam precedentes desta Corte relativizando o princípio do pacta sunt servanda, de modo a permitir ao juiz a redução da pena convencional, mesmo diante de inderrogabilidade convencionada pelas partes”	Diante do exposto, tenho que correta a redução da cláusula penal em 50%, visto que o critério adotado pelo Código Civil de 2002 é o da equidade, não havendo falar em percentual de dias cumpridos do contrato, como pretende a recorrente Multimídia. No caso, as rés informaram à autora TV Globo sobre a rescisão contratual em 16/4/2004, quando os compromissos profissionais assumidos perante outra emissora de televisão já estavam integralmente consolidados. No dia 18/4/2004, o jornalista Celso de Freitas compareceu para trabalhar na emissora concorrente, a despeito de suas responsabilidades profissionais em relação à TV Globo, com quem manteve relação amistosa por quase trinta anos. Inegável a amplitude do prejuízo para a autora. Aliás, entender de modo contrário, reduzindo a cláusula penal de forma proporcional ao número de dias cumpridos da relação obrigacional, acarretaria justamente extirpar uma das funções da cláusula penal, qual seja, a coercitiva, estimulando rupturas contratuais abruptas em busca da melhor oferta do concorrente e induzindo a prática da concorrência desleal.
AgRg no AI nº 660.801, Rel. Min. Jorge Scartezzini, 4ª T., j. 17.05.2005 Bolognesi Engenharia Ltda. Vs. Tatiane	Cláusula penal por inadimplemento de obrigações em compromisso de compra e venda de imóvel (consumidor)	Sim. A jurisprudência das duas Turmas que compõem a Segunda Seção, desta Corte, é firme no sentido da possibilidade de redução da cláusula penal no contrato de compra e venda, quando verificado, no caso concreto, que o valor avençado acarreta excessiva oneriosidade do promissário- comprador e o	“Esta Câmara, em casos semelhantes, tem arbitrado, com base nos princípios da equidade e da boa-fé, e buscando vedar o enriquecimento ilícito da promitente vendedora, o valor da multa em percentual de até 10% sobre o montante efetivamente pagos. No caso dos autos, a respeitável sentença arbitrou-a em 20% sobre o valor pago à empresa apelada, não havendo recurso da

Cheiralt		enriquecimento sem causa do promitente-vendedor.	promitente compradora” “Seria extremamente desarrazoado e desproporcional ao caso, daí, injurídico, fazê-la pagar, a título de multa pela iniciativa no rompimento do compromisso, a importância equivalente a 20% do valor total do contrato (R\$ 24.500,00 - fl. 14). Proporcionar-se-ia o enriquecimento ilícito da promitente vendedora que, em vista do desfazimento do negócio, retém uma importância a título de penalidade compensatória, recebe de volta o próprio objeto negociado, que, no caso, já foi inclusive revendido a terceiro, sem qualquer prejuízo comercial”
RESp nº 48.176-7-SP, Rel. Min. Eduardo Ribeiro, 3ª T., j. 12.12.1995 Esso Brasileira de Petróleo vs. Auto Posto Flor do Bairro Ltda.	Cláusula penal por conta de inadimplemento diante de negativa de instalação de documentos.	Sim. “É dado ao juiz reduzi-la, entretanto, ainda não se tenha iniciado a execução do contrato, quando se evidencie enorme desproporção entre um e outro, em manifesta afronta às exigências da justiça”.	“não se exigirá seja demonstrado que o valor dos prejuízos guarda correspondência com o da multa, o que implicaria sua inutilidade”

* * *